

# Diário do Legislativo de 07/08/2004

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 57ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 5/8/2004

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.830 a 1.832/2004 - Requerimentos nºs 3.158 a 3.166/2004 - Requerimento do Deputado Miguel Martini - Comunicações: Comunicação da Comissão de Saúde - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.801/2004; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1; declarações de voto - Discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.093 e 1.144/2003; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.348/2004; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.397/2004; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Questões de ordem - Encerramento - Ordem do dia.

### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Marília Campos - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila - Zé Maia.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

### Ata

- O Deputado João Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

Ofícios

Do Sr. Carlos Wilson Campos, Presidente da INFRAERO, prestando informações relativas a requerimento da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária encaminhado pelo Ofício nº 1.493/2004/SGM.

Do Sr. Giordano Bruno Pereira Brasil, Superintendente Regional da TELEMAR, agradecendo a manifestação de aplauso concedida a essa empresa, formulada por esta Casa a partir do Requerimento nº 2.999/2004, do Deputado Doutor Viana.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.830/2004

Altera dispositivo da Lei nº 13.438, de 30 de dezembro de 1999, que altera dispositivos da Lei nº 12.727, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre contagem, cobrança e pagamento de emolumentos por serviços extrajudiciais, institui o selo de fiscalização e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O § 4º do art. 27 da Lei nº 13.438, de 1999, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 27 - .....

§ 4º - A multa será destinada ao Fundo Estadual de Assistência Social na forma de receita corrente ordinária e recolhida pelo infrator no prazo de cinco dias contados da data do trânsito em julgado da decisão."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 2 de agosto de 2004.

André Quintão

Justificação: A Constituição Federal de 1988 definiu como seguridade social "ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos à saúde, à previdência social e à assistência social" (art. 194 - CF). Os recursos destinados à saúde e à previdência social têm fontes garantidas, enquanto a assistência social fica à mercê da vontade dos governantes aportar ou não recursos ao orçamento (art. 195 - CF).

A V Conferência Estadual de Assistência Social, realizada de 28 a 30/8/2003, quando reuniu quase mil pessoas, debateu o desafio de assegurar recursos para garantir a política de assistência social, e uma das propostas aprovadas foi garantir que as multas com penalidades acatadas pelo poder judiciário sejam repassadas ao FEAS.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.831/2004

Altera dispositivo e acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a distribuição de parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Dá nova redação à alínea "a" do inciso VIII do art. 1º da Lei nº 13.803, de 2000:

"Art. 1º - .....

VIII - .....

a) parcela de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do total será distribuída aos municípios cujos sistemas de tratamento ou disposição final de lixo ou de esgoto sanitário, com operação licenciada pelo órgão ambiental estadual, atendam, no mínimo, respectivamente, a 70% (setenta por cento) e a 50% (cinquenta por cento) da população, não excedendo ao valor máximo a ser atribuído a cada município o respectivo investimento, estimado com base na população atendida e no custo médio 'per capita', fixado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental, dos

sistemas de aterro sanitário, usina de compostagem de lixo e estação de tratamento de esgotos sanitários, bem como aos municípios que comprovadamente tenham implantado em seus territórios sistema de coleta seletiva de lixo."

Art. 2º - Acrescenta o seguinte parágrafo ao art. 1º da Lei nº 13.803, de 2000:

"Art. 1º - .....

§ .... - Os recursos repassados aos municípios conforme critérios estabelecidos no inciso VIII do art. 1º desta lei deverão ser aplicados obrigatoriamente na preservação, proteção e melhoria do meio ambiente."

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 2 de agosto de 2004.

André Quintão

Justificação: A Lei nº 13.803, de 2000, definiu critérios de repasse de recursos do ICMS para municípios que possuem Área de Proteção Ambiental - APA -, Área de Preservação Permanente (reserva biológica, estação ecológica, parque, reserva particular, floresta nacional, estadual ou municipal) ou Área de Preservação Especial - APE.

A nosso ver a lei é frágil ao não criar dispositivos que vinculem a destinação dos recursos ao fato gerador. Tal fragilidade permite ao administrador público definir a aplicação dos recursos sem critério e, em tese, até em conflito com o seu objetivo, que é incentivar a preservação ambiental.

Faz-se necessária a correção apresentada, a fim de se garantir que os recursos sejam efetivamente aplicados na proteção das áreas de preservação, na proteção das florestas, da fauna, dos mananciais de água, da biodiversidade e da melhoria da qualidade de vida, guardando sempre consonância com as melhores práticas em políticas públicas de proteção ao meio ambiente.

Assim, apresentamos esta proposta de alteração na lei e contamos com o apoio de nossos pares para sua aprovação.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Dinis Pinheiro. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 23/2003, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.832/2004

Autoriza o Governo do Estado a criar a Medalha Cabo Valério e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado autorizado a criar a Medalha Cabo Valério, com o objetivo de homenagear as praças da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - que, nos vinte e cinco anos de sua formatura, destacarem-se pelos relevantes serviços prestados à corporação a que se vinculam.

Parágrafo único - A medalha não será concedida "post mortem".

Art. 2º - A Medalha Cabo Valério será administrada por comissão constituída de sete praças designadas pelo Governador do Estado, com a presença de, pelo menos, dois representantes de cada uma das seguintes entidades:

I - Associação dos Praças da PM e BM - ASPRA PM-BM -;

II - Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - CSCSPMMG -;

§ 1º - A comissão de que trata este artigo poderá ser assessorada pelas Diretorias de Pessoal - DP - e de Promoção Social - DPS - da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG.

§ 2º - O Governador do Estado será o Presidente de Honra da medalha de que trata esta lei.

Art. 3º - As condecorações serão concedidas anualmente, em cerimônia a ser realizada no Palácio da Liberdade, no mês de dezembro, ou em caráter excepcional, a qualquer tempo.

§ 1º - A lista das praças a serem agraciadas com a Medalha Cabo Valério constará em decreto do Governador do Estado, que será publicado no órgão oficial dos Poderes do Estado.

§ 2º - Os agraciados receberão as medalhas das mãos do Governador do Estado, de acordo com o cerimonial estabelecido pelo regimento interno.

Art. 4º - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, que definirá a forma de concessão da Medalha Cabo Valério e as atribuições da comissão encarregada de sua administração.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 20 de julho de 2004.

Sargento Rodrigues

Justificação: O projeto pretende instituir justa homenagem aos militares que, depois de completarem 25 anos na corporação, destacarem-se no exercício das suas funções. Trata-se de conceder honraria a pessoas que, ao longo de 25 anos, servirem à sociedade, até mesmo com risco da própria vida.

O nome da medalha é altamente significativo, pois representa para a praça seu principal momento de luta em prol do direito de exercer sua cidadania. Cabo Valério foi a praça tragicamente morta no movimento reivindicatório de 1997 e, a par de ter sido um companheiro de inegáveis qualidades, como coragem e seriedade, é, hoje, um nome que simboliza a praça não como um mero objeto a serviço do Estado, mas como um cidadão dotado de capacidade crítica e possibilidade de efetiva intervenção democrática na sociedade.

Mencione-se, outrossim, que os oficiais da PMMG já possuem a Medalha Coronel José Vargas da Silva, autorizada pela Lei nº 13.406, de 1999, concedida no aniversário de sua formatura na Academia da Polícia Militar. É óbvio que as praças merecem o mesmo tratamento.

Trata-se, pois, de medida justa e coerente com o espírito público que deve nortear as ações deste parlamento, razão pela qual deve receber total apoio dos nobres pares nesta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 3.158/2004, do Deputado Antônio Andrade, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Sacramento pelo aniversário de sua emancipação.

Nº 3.159/2004, do Deputado Arlen Santiago, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Itamarandiba pelo 142º aniversário de sua emancipação.

Nº 3.160/2004, do Deputado Arlen Santiago, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Cachoeira Dourada pelo 41º aniversário de sua emancipação. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.161/2004, da Comissão de Direitos Humanos, pleiteando sejam solicitadas ao Corregedor-Geral da Polícia Civil informações sobre procedimentos do Delegado Domingos Carneiro Costa, tendo como denunciante o Sr. Olar Gomide.

Nº 3.162/2004, da Comissão de Direitos Humanos, pleiteando sejam solicitadas ao Chefe da Polícia Civil informações sobre procedimentos investigatórios instaurados pela Polícia Civil sobre ramificações da "Máfia Chinesa" no Estado.

Nº 3.163/2004, da Comissão de Direitos Humanos, pleiteando sejam solicitadas ao Procurador de Justiça Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado - CAO-CRIMO - informações relativas aos procedimentos investigativos do Ministério Público para apurar supostas atividades da "Máfia Chinesa" nesta Capital.

Nº 3.164/2004, da Comissão de Turismo, solicitando seja formulado apelo ao Secretário do Turismo com vistas ao envio de levantamento do potencial turístico da região do Município de Onça de Pitangui. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 3.165/2004, da Comissão de Turismo, solicitando seja formulada manifestação de aplauso aos Srs. Paulo Solmucci Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL -, e Roberto Noronha Filho, Presidente do XVI Congresso Nacional dessa entidade, pela escolha de Belo Horizonte para sediar o referido evento.

Nº 3.166/2004, da Comissão de Segurança Pública, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da PMMG com vistas à reativação do subdestacamento dessa corporação em Mutum.

Do Deputado Miguel Martini, solicitando a participação desta Casa no III Fórum Interestadual de Preservação e Desenvolvimento Sustentável do Grande Lago do Paranaíba, a realizar-se em Tupaciguara. (- À Mesa da Assembléia.)

#### Comunicações

- É também encaminhada à Mesa comunicação da Comissão de Saúde.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

##### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos

nºs 3.165/2004, da Comissão de Turismo, e 3.166/2004, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Saúde - aprovação, na 11ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Projetos de Lei nºs 1.695/2004, do Deputado João Bittar, e 1.512/2004, do Deputado Antônio Carlos Andrada, e do Requerimento nº 3.110/2004, do Deputado Doutor Viana (Ciente. Publique-se.).

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.801/2004, da Mesa da Assembléia, que autoriza o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Assembléia Legislativa, a celebrar transação judicial e acordo extrajudicial para quitação dos débitos oriundos da conversão dos vencimentos, proventos e complementação de pensão em Unidade Real de Valor - URV. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno e com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 1.801/2004 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

#### Declarações de Voto

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia, cumprimento V. Exa. pela eficiência e agilidade, obtendo a compreensão dos parlamentares para votar o projeto de resolução que propicia acordo extrajudicial. Por meio do Presidente desta Casa, haverá condições para se realizar o pagamento da URV aos servidores do Legislativo mineiro.

Com o projeto de resolução, o Presidente Mauri Torres terá condições de efetuar o pagamento. Contamos com a colaboração de V. Exa. e dos demais componentes da Mesa, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, George Hilton e Luiz Fernando Faria, para que, de forma ágil, efetuem o pagamento da URV.

Diversos servidores desta Casa fizeram prestações e adquiriram veículos, pois contavam com o recebimento das parcelas iniciais. Com a interrupção, criou-se grande transtorno. Com a votação do projeto de resolução, haverá condições de efetuarmos o pagamento não só aos servidores efetivos, como também aos de recrutamento amplo, ativos, inativos, enfim, a todos os que têm direito ao recebimento.

Esta Casa tem condições de fazer justiça, uma vez que o recebimento da URV é um direito líquido e certo dos servidores. Portanto, esta Casa deve empenhar-se para que haja agilidade no pagamento. Faço um apelo a V. Exa. e ao Presidente Mauri Torres, para que se inicie o pagamento da URV ainda este mês. Existe uma verba orçamentária reservada para iniciá-lo.

Contamos com a sensibilidade do Deputado Mauri Torres para efetuar o pagamento da URV, encerrando o último capítulo dessa novela que se arrastou. Parabênzo V. Exa., os Deputados José Henrique, Doutor Viana, Dalmo Ribeiro Silva e os demais que se empenharam para que a URV fosse paga. Parabênzo-os pela sensibilidade para aprovar o projeto, que se encontrava em regime de urgência, com a máxima rapidez, em 1º turno. Os servidores agora podem contar com o recebimento da URV, que lhes é devida.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Ratifico as palavras do Deputado Sargento Rodrigues e, em nome da Bancada do PSDB, registro nossa satisfação pela grandeza de V. Exa. ao pronunciar-se sobre a discussão e a aprovação do projeto de resolução da URV, fruto de um trabalho árduo em defesa dos servidores desta Casa, incansáveis batalhadores, por quem tenho respeito e carinho. Com a compreensão da Mesa, de V. Exa. e de todos os Deputados, estamos chegando ao final desse compromisso. Porém, ainda temos de caminhar e cobrar novas ações quanto ao pagamento do que é devido aos servidores.

Esperamos, por meio do posicionamento firme e sério de V. Exa. em todas as suas decisões, particularmente nesse projeto, juntamente com o Presidente Mauri Torres, uma solução rápida e benéfica para todos os valorosos servidores desta Casa Legislativa, que, diga-se de passagem, é um modelo para o País.

Parabênzo V. Exa. e todos os Deputados por mais esse compromisso cumprido. Estaremos vigilantes com relação ao segundo compromisso, que é o conseqüente pagamento a todos. Mais uma vez, manifesto nossa gratidão e homenagem à Mesa na pessoa de V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente da reunião e Vice-Presidente da Mesa da Assembléia, Deputado Rêmoló Aloise, queremos dizer que votamos favoravelmente. Agora poderemos desfrutar da tranquilidade de estar cumprindo nosso dever. Esse já era um direito. Não fizemos nada mais que nossa obrigação. Não foi favor nenhum. Tivemos que passar por esse processo e agora nos sentimos realizados em ver que se fez justiça e se corrigiu um deslize desta Casa ao longo dos anos.

Não iremos olhar para o retrovisor, mas queremos dizer que os funcionários da Casa estão vendo, depois de tanto tempo, seus direitos serem reconhecidos. Assim ficamos mais tranqüilos com nossas consciências. É bom ver realizar-se o desejo de todos os funcionários da Casa, uma vez que não pode haver comportamentos diferentes para casos iguais. Esta Casa, há mais de três anos, reconheceu a dívida, e havia ainda um resto a pagar. Agora tem toda condição de colocar a situação em dia, para que os funcionários possam cumprir suas obrigações.

Ficamos felizes com esse resultado. Parabênzamos a Mesa, principalmente V. Exa., por ter agilizado a tramitação do projeto. Assim pudemos terminar definitivamente com essa injustiça que perdurava na Assembléia. Faço essa declaração com muita alegria.

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.093/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poço Fundo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.144/2003, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Iturama o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.348/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Augusto de Lima o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.397/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alfenas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.397/2004 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

#### Questões de Ordem

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, manifesto a minha satisfação e, com certeza, de todo o povo mineiro, em particular dos profissionais da educação, pois tivemos a alegria de, neste momento, ou daqui a alguns minutos, por parte do Governador do Estado, obter a sanção ao projeto de lei que estabelece o plano de carreira da área da educação, votado nesta Casa no primeiro semestre e no período que seria de recesso legislativo.

Com certeza, isso representa um avanço histórico para a área da educação e para a relação do Governo com o funcionalismo público. Houve vários planos de carreira. Destaco o Projeto de Lei nº 1.294, apresentado pela Mensagem nº 135, do Governador do Estado, cumprindo compromisso que assumiu de estabelecer um plano de carreira, que tem sido objeto de luta por décadas. Vários Governos passaram pelo Estado, sempre prometendo e enviando o projeto nos últimos dias de mandato, quando já não havia mais condições de ser apreciado. O atual Governador enviou-o em seu primeiro ano de mandato, e, no primeiro semestre do segundo ano de mandato, o plano de carreira foi aprovado. Agora, recebe a sanção do Governador, para consagrar uma etapa. Com certeza, haverá a luta, importante, para a aprovação de uma tabela adequada, a fim de contarmos com a perspectiva da valorização do servidor da educação e das outras áreas em todo o Estado.

Com base na iniciativa do Presidente e de toda a Mesa, testemunhamos um ato de justiça para com os servidores da Assembléia Legislativa, que estavam prejudicados. Portanto, não se trata de benevolência e de privilégio, mas de justiça, pois será feito o pagamento de uma dívida. É inaceitável que, no poder público, prevaleça a prática de não se cumprir a lei. A situação dos precatórios trabalhistas da área pública deixa-me revoltado. Isso, inevitavelmente, ocorreria com esse direito dos servidores da Assembléia Legislativa, não fosse a atitude de V. Exa. e dos demais membros da Mesa, com o apoio unânime desta Casa. Será feita justiça, pagando-se a correção devida aos servidores.

Faço essa menção com muita tranquilidade, porque, quando fui Prefeito de Divinópolis, tive a alegria de receber uma mensagem de louvor do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, mencionando que, em Divinópolis, o precatório trabalhista estava sendo pago rigorosamente em dia. Alertava, com isso, o então Prefeito Célio de Castro, por quem tenho uma estima muito grande, que passava por um impasse relativo a precatórios trabalhistas, e o próprio Governador Eduardo Azeredo, do meu partido, que passava pelo mesmo problema.

Nunca deixei de pagar um direito aos servidores. Esta Casa devia isso aos seus servidores e teria de pagá-los, de preferência, por meio do entendimento, como V. Exa. e os demais membros propuseram.

Portanto, ao mesmo tempo em que faço referência a essa questão do trabalhador público, aproveito para fazer um alerta, pois amanhã contaremos com a presença do Presidente Lula aqui, em Minas Gerais.

Sempre procuro destacar o Presidente Lula, embora não tenha votado nele e em princípio discorde de algumas práticas com que vem conduzindo o seu Governo. No entanto, reconheço que ele é um homem digno, um cidadão que luta por este País, assim como nós também lutamos. Tenho torcido, de coração, e procurado propugnar para que ele faça um grande Governo. Mas, para tanto, é preciso que haja coerência.

Logo no primeiro ano, o Governo de Minas fez um esforço enorme para regularizar as finanças do Estado, por meio de uma reforma administrativa, indo de fato à ação. Hoje, para nossa alegria, tem pago em dia aos seus servidores e está procurando acabar com o déficit nas contas do Estado. Porém, o Governo Federal, até agora, tem-se negado a oferecer o aval, ou seja, a liberar o Estado de Minas para contratar os financiamentos necessários ao melhoramento de suas estruturas, tanto a estrutura viária quanto a administrativa. Enfim, tem-se negado a fazer os investimentos necessários para que o crescimento venha simultaneamente com a organização administrativa que o Governador Aécio Neves executou.

Pasmem! Com freqüência a equipe econômica alega que é preciso reduzir ainda mais a folha de pagamento. Mas, com justiça, os servidores reclamam um reajuste, em especial os da educação. O próprio PT diz que é preciso que se dê um aumento para os servidores. E agora o Governo Federal quer inviabilizar o Governo de Minas Gerais na busca de recursos para investimentos em nosso Estado nas operações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e com o Banco Mundial, sob a alegação de que é necessário reduzir a folha de pagamento. Ora, nós precisamos é dar reajuste aos nossos servidores e fazer com que a economia deste Estado cresça com eficiência e organização, conforme é da vontade do nosso Governador.

Portanto deixo esse alerta. Fizemos justiça em aprovar esse projeto, que resgata um direito dos servidores da Assembléia. Além do mais, o Governador sancionou o plano de carreira dos servidores da educação, abrindo não uma janela, mas uma avenida para que haja uma carreira mais digna e justa para eles. No entanto, é preciso que tenhamos condições de dar um salário justo para o profissional de educação. Mas, para que isso ocorra, o Estado deve desenvolver-se, crescendo e melhorando a sua infra-estrutura.

O Governo Federal não pode fazer isso com Minas Gerais. Por um lado, ele impede que o Governo Estadual receba os investimentos internacionais, não dando o aval necessário. Esse aval não é uma prerrogativa de Minas, e sim imposição constitucional. Nenhum Estado pode fazer operações de crédito internacional sem o aval do Governo Federal. Minas não pode ficar prejudicada.

Por outro lado, a própria Bancada do PT nos cobra o aumento dos servidores. Afinal de contas, qual PT devemos ouvir? Vamos dar o aumento aos servidores ou aceitar a cartilha do Sr. Palocci e companhia, que acha que devemos enxugar e reduzir ainda mais os investimentos em serviços públicos?

Encerro as minhas palavras reiterando os meus cumprimentos e agradecendo a generosidade de V. Exa. pela ação de presidir esta reunião num

momento histórico em que a Assembléia faz justiça aos seus servidores. Gostaria ainda de registrar que hoje o Governador de Minas também registrou uma página histórica de justiça para com os servidores da educação, ao sancionar a lei que estabelece uma carreira para o profissional da área.

No entanto, é preciso que o Governo Federal tenha coerência. Minas Gerais já fez a sua parte. O Presidente Lula, que aqui estará amanhã, deverá sinalizar positivamente, dando as condições para que Minas Gerais receba os investimentos que, aliás, já estão pactuados com organismos internacionais. É preciso crescer, valorizar os nossos servidores, pagar um salário justo e prestar um bom serviço ao povo de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João - Gostaria de assegurar ao nobre colega Deputado Domingos Sávio que temos uma certa tranquilidade com relação ao Governo Federal. Ele está no rumo certo com relação a muitos programas. Basta destacarmos a vitória recente na Organização Mundial do Comércio. Já havia uma conquista com relação ao algodão e, agora, com relação ao açúcar.

São muitas conquistas, graças a Deus e a essa equipe do Governo. Entre os programas, destacamos a segurança da mulher, do jovem e do homem brasileiros.

Na verdade, pedi a palavra, pela ordem, para destacar dois assuntos importantes para nós no dia de amanhã.

O primeiro diz respeito à audiência pública que será realizada nesta Assembléia, às 9 horas, em que será recebido o Sr. Jean Pierre, que traz muitas denúncias colhidas no Estado de Minas Gerais, ao longo desta semana, tanto com relação à monocultura do eucalipto quanto à construção de barragens. São denúncias de violação dos direitos humanos, sobretudo no que tange à questão ambiental.

Gostaria de fazer um registro, também, com relação à comemoração dos 30 anos da EPAMIG. Entendemos que ela tem um papel muito importante no Estado. Mas, Deputado Domingos, fazemos um apelo ao Governo, pois precisamos ainda de muitos pesquisadores. Esperamos que o Governador Aécio Neves possa presentear não só a EPAMIG pelos seus 30 anos, mas também o povo de Minas Gerais com um número maior de pesquisadores, técnicos e infra-estrutura.

Sabemos de fazendas experimentais que não têm nada. Os pesquisadores, pelo amor e pela vocação que têm à causa, estão desembolsando recursos próprios para fazer alguma coisa. Estamos nos referindo a fazendas que já existem há muito tempo. Fomos surpreendidos, agora, com a criação, pelo Governador, de uma nova fazenda experimental para a EPAMIG em São João del-Rei, apesar de sabermos que as que já existem estão deficientes. Então, ao celebrar amanhã os 30 anos de EPAMIG, a nossa solicitação é que ela possa, doravante, estar bem equipada.

Na agricultura e na pecuária, vemos, mais uma vez, que o Governo Federal está no rumo certo, haja vista o fortalecimento da agricultura familiar, por meio do PRONAF e, de modo específico, por meio do Plano Safra. No ano passado foram R\$4.500.000.000,00. Este ano, disponibilizará R\$7.000.000.000,00. Sabemos que ainda é pouco, mas o importante neste Governo é que o que tem que aumentar ou subir, mesmo que de maneira gradativa, está subindo. O que tem que cair, como a taxa de juros, ainda que descanse um ou dois meses, cai. Isso nos dá segurança.

Então, na agricultura, uma deficiência que temos diz respeito à parte de pesquisa, de assistência técnica e de extensão rural.

Que bom que a EMATER está realizando um concurso público! Trata-se de um avanço e de uma conquista do Presidente José Silva e também do Governo do Estado. Sabemos que, mesmo com esse concurso, a demanda não será atendida, mas, pelo menos, já é uma medida concreta de favorecimento à agricultura no Estado.

Portanto, parabenizamos a EPAMIG pelo trabalho e empenho que tem tido e pela grande aproximação em relação aos agricultores familiares. Isso é um avanço, pois antes havia uma distância; porém vemos que ainda faltam infra-estrutura e recursos humanos.

Parabéns à EPAMIG. Espero que possamos ver atendido nosso apelo ao Governo para equipar melhor essa importante empresa. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, amanhã estarei com a Comissão Especial da Silvicultura em Vazante. Portanto, aproveito esta oportunidade para parabenizar a EPAMIG, que, no dia 6 de agosto, comemora 30 anos, com uma extraordinária folha de serviços prestados à sociedade mineira. Claro que há muito o que avançar na pesquisa, principalmente na área da agropecuária, mas sabemos perfeitamente o que a EPAMIG significa para o Estado. Parabenizo o Sr. Baldonado, Presidente da entidade. Torço para que ela continue a buscar, por meio da pesquisa, melhor qualidade científica para a carne, os legumes, os grãos e todo o sistema agropecuário do nosso Estado, que também serve ao nosso Brasil.

Quero apresentar minha preocupação com o aumento das contribuições federais. Para compensar os aumentos da COFINS e da CPMF, dos quais o Estado e os municípios não participam, o Governo está diminuindo o imposto de renda e o IPI. Isso ocasionará a queda do FPM e do ICMS dos municípios. Então, o sistema federativo do Brasil está na contramão. Não sei se os senhores estão me entendendo. Além da CPMF, há também a CIDE, que é uma contribuição nova, mas de que os municípios e os Estados não participam. É preciso que o Senado e a Câmara dos Deputados pensem num projeto de lei ou de proposta de emenda à constituição para estadualizar as rodovias federais e aumentar a participação dos Estados e dos municípios nos recursos da CIDE. O maior volume desse dinheiro fica com o Governo Federal e não chega, como deveria, na sua totalidade, às estradas federais existentes no Estado. O aumento dessas contribuições fica apenas para o Governo Federal. Os Estados e os municípios não participam da arrecadação dessas contribuições. Portanto, é preciso que haja um espírito federativo, porque essas contribuições aumentam o bolo federal, mas, para compensar, reduziram-se o IPI e o imposto de renda, o que é bom, mas por outro lado há diminuição do fundo de participação dos Estados e dos municípios. Os Prefeitos estão com dificuldades cada vez mais graves para administrar os municípios.

A crítica é positiva: devemos pensar melhor o sistema federativo do Brasil. Espero que esses aumentos sejam compartilhados com os Estados e os municípios, beneficiando todos os níveis.

Caso contrário, não atenderá ao que é proposto pelo sistema federativo. Mais uma vez, peço o empenho do Ministério dos Transportes para a questão das estradas. Homenageio o Ministro Alfredo Nascimento, o Superintendente do DNIT em nível federal, Dr. Alexandre Silveira, que é mineiro, e o Dr. Gélson Moura, que faz parte do DNIT em nível estadual. Peço-lhes que façam de tudo pela segurança nas estradas, considerando a realidade do sistema rodoviário em todos os Estados e municípios. Obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando

as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de terça-feira, dia 10, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 10/8/2004.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Direitos Humanos, em 29/4/2003

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria José Hauelsen e os Deputados Doutor Ronaldo e Fábio Avelar, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; e os Deputados Durval Ângelo, Mauro Lobo, Roberto Ramos, Célio Moreira e Roberto Carvalho, membros da Comissão de Direitos Humanos. Está presente, também, o Deputado Padre João. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta destas Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a situação das famílias atingidas pela construção de barragens hidrelétricas no Estado, os impactos sociais e ambientais destas e as alternativas para geração de energia; e obter esclarecimentos sobre o desaparecimento do Sr. João Caetano dos Santos no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Candonga. Neste momento, o Deputado Durval Ângelo passa a direção dos trabalhos à Deputada Maria José Hauelsen, que convida o Pe. Antônio Claret, Integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens; a Sra. Eliane Drummond e Morel Queiroz, respectivamente, Assessora Técnica da Presidência da FEAM e Gerente da Divisão de Infra-Estrutura de Energia da FEAM; e as Sras. Márcia Martini, Diretora de Promoção de Direitos Humanos e Inclusão de Minorias da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes; e Andrea Zhouri, Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG e Coordenadora do GESTA, para tomarem assento à mesa. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, cada um por sua vez, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2003.

Durval Ângelo, Presidente - Padre João - Laudelino Augusto.

#### ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da CPI do Café, em 8/7/2004

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Sargento Rodrigues, Rogério Correia, Adalclever Lopes, Fábio Avelar, Irani Barbosa e Zé Maia, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Alberto Bejani, Dalmo Ribeiro Silva, Dilzon Melo, Domingos Sávio, Doutor Viana, Elmiro Nascimento, José Henrique, Neider Moreira, Paulo Cesar, Paulo Piau e Rêmoló Aloise. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Carlos Melles, Presidente do Conselho Deliberativo da Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso Ltda., comunicando a impossibilidade de comparecer às reuniões da Comissão no período de 5 a 9 de julho e de 11 a 15 de julho, solicitando que aguardem indicação de data oportuna para seu depoimento e para que seja ouvido também o Sr. Célio Jacinto, Delegado da Polícia Federal; Wilson Ferreira da Fonseca, liquidante da COAVAP, informando não ter encontrado registro de recebimento de recursos financeiros do Governo Federal, especialmente do RECOOP, pela Cooperativa Agrícola dos Pequenos Produtores do Vale do Paraíso Ltda., a partir de 1999; Cel. PM Sócrates Edgard dos Anjos, Comandante-Geral da PMMG, indicando o Ten. Cel. PM Dâmocles Freire Júnior para acompanhar os trabalhos da Comissão e atender suas necessidades na Capital e no interior do Estado; Reynaldo Antônio Machado, advogado do Sr. Sérgio Ricardo Salvador dos Santos, e da Sra. Maria Tereza Junqueira Arantes, de Poços de Caldas, que são lidos na íntegra. O Presidente convida a compor a mesa dos trabalhos os Srs. Márcio Lobato, Delegado da Polícia Civil de Belo Horizonte; Ten. Cel. PM Dâmocles Freire Júnior, da PMMG, e Itamar Peixoto, técnico da Secretaria da Fazenda, que acompanham e auxiliam permanentemente os trabalhos da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o convidado Sr. Milton Mello, produtor rural de Guapé; e os intimados Srs. Sérgio Ricardo Salvador dos Santos, ex-empregado da COOPARAÍSO; Geraldo Antônio dos Santos e Naisser Pinheiro Costa, sócios da Cafeeira Solita Ltda., de Ilícinea. O Presidente comunica a presença do Sr. Carlos Melles, Presidente da COOPARAÍSO, que é ouvido pela Comissão. Em seguida, são ouvidos e respondem perguntas dos membros presentes os Srs. Milton Mello e Sérgio Ricardo Salvador dos Santos. O Sr. Naisser Pinheiro Costa foi dispensado do seu depoimento por deliberação dos membros da Comissão. São ouvidos também os Srs. Geraldo Messias da Silva e Gésio Elias de Oliveira, da cidade de Campestre, conforme requerimento do Deputado Rogério Correia, aprovado nesta reunião. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia (2), em que solicita sejam intimados os Srs. Evandro Carlos Alves, Marcos Donizetti Pimenta, Pedro Jeremias, José Aparecido Baião, Dimas Pedro Barbosa, Cid Marcos Duarte, Edson Freitas, Gerente da Transportes Biagini; Edson Ferreira da Silva e o Gerente da Transportadora Nova Safra, além de outros, constantes de lista anexa, para prestar esclarecimentos a esta Comissão na reunião de 6/8/2004, na cidade de São Sebastião do Paraíso; seja realizada audiência pública no Município de Muzambinho, com a finalidade de apurar as denúncias de desvio de mais de 74 mil sacas de café dos armazéns da Cooperativa Mineira Agropecuária de Muzambinho - COMAM -; Adalclever Lopes (2), em que solicita sejam pedidas ao Presidente da EPAMIG as informações que menciona, relativas à Fazenda Experimental de São Sebastião do Paraíso; e sejam requeridas cópias das notas de entrada de devolução do café nas transações de beneficiamento entre a COOPARAÍSO e Armazéns Gerais Mundo Novo e as respectivas pesagens; e Sargento Rodrigues, em que solicita seja pedida ao Cartório de Registro de Imóveis do Município de Santos, SP, a relação de imóveis porventura existentes em nome do Sr. Sérgio Ricardo Salvador dos Santos, de sua esposa, filhos e genitores. O Presidente esclarece que o conteúdo desta reunião consta, na íntegra, nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a colaboração dos depoentes, a participação dos auxiliares permanentes e a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2004.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Sargento Rodrigues - Rogério Correia - Adalclever Lopes - Fábio Avelar - Zé Maia.

#### ATA DA 11ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 8/7/2004

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Leonardo Quintão e Paulo Cesar (substituindo este ao Deputado Gustavo Valadares, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de correspondência da Comissão do Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis do Estado de Minas Gerais, apresentando reivindicações de interesse dessa Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, fica rejeitada, em turno único, a Proposta de Ação Legislativa nº 223/2004 (relator: Deputado Leonardo Quintão, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações sobre critérios para cancelamento da Carteira de Conductor de Veículo de Aluguel - Transporte Intermunicipal de Pessoas daqueles condutores que acumularem 5 pontos por infração de trânsito, inclusive com cópia integral dos atos que normatizam esta ação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2004.

André Quintão, Presidente - Gustavo Valadares - Leonardo Quintão.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 10/8/2004

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.538/2004, do Governador Aécio Neves.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.099/2004, do Deputado Gil Pereira; 3.127e 3.132/2004, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 10/8/2004

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.144/2004, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: apreciar a matéria constante da pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 11/8/2004

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o Projeto de Lei nº 1.548/2004, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

55ª reunião ordinária da 2ª sessão legislativa ordinária da 15ª legislatura

Discursos Proferidos em 3/8/2004

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembléia, nesta tarde, inicialmente, queremos desejar aos companheiros Deputados, que retornam a mais uma sessão legislativa, um bom trabalho. Que Deus nos ilumine.

Aproveitando que a reunião está sendo transmitida pela TV Assembléia, ao vivo, queremos dizer que os trabalhos dos Deputados durante o recesso são intensos. O gabinete permanece em funcionamento, e as viagens são constantes. Certamente, retornamos ao Plenário e às comissões com uma carga de trabalho muito maior.

É bom que frisemos isso, já que algumas pessoas tentam distorcer os fatos afirmando que o recesso corresponde às férias dos parlamentares. Elas estão enganadas, pois detemos uma função político-parlamentar. Nesse exercício, uma das cinco atribuições previstas na Constituição do

Estado é a visita aos municípios, para discutirmos, junto à população, diversas questões. Para isso, necessitamos de um tempo maior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o assunto que nos traz a esta tribuna é, de certa forma, feliz. Hoje, às 11 horas, tivemos a oportunidade e a felicidade de estar no Palácio da Liberdade para acompanhar a cerimônia em que o Governador Aécio Neves assinou um decreto determinando a chamada integração do sistema de defesa social.

A integração das forças de segurança pública do nosso Estado é extremamente valiosa para que Minas contabilize resultados positivos.

Parabenizamos o Governador Aécio Neves por essa grande iniciativa, adotada logo no início do seu Governo. Quando candidato à reeleição, tivemos oportunidade de procurar o então Presidente da Câmara dos Deputados, a fim de que encaminhasse uma proposta para a área de segurança pública, que era exatamente essa integração. Isso só foi possível graças à ajuda da Secretaria de Defesa Social e a proposta de nossa autoria entregue ao Governador.

Na legislatura passada, juntamente a outros Deputados desta Casa, debatemos exaustivamente esse assunto, para que efetivamente ocorresse essa integração da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e do sistema penitenciário do nosso Estado. Desta tribuna, criticamos a Polícia Civil, a Polícia Militar e o setor penitenciário, porque não havia uma comunicação entre essas instituições que compõem o sistema de defesa social de Minas Gerais. Agora isso se tornou realidade, graças ao empenho e à persistência do Governador Aécio Neves.

Desta tribuna, dissemos que a integração não atinge somente a base territorial, já que tínhamos uma delegacia responsável por determinado número de bairros e uma companhia da Polícia Militar responsável também por uma quantidade de bairros em policiamento ostensivo, mas, infelizmente, não havia nenhuma comunicação entre a autoridade da polícia ostensiva realizada pela Polícia Militar e a autoridade judiciária e policial, que era da Polícia Civil.

O Governador Aécio Neves anunciou que essa integração não permanecerá apenas no papel, pois estão previstas, no decreto baixado por ele, reuniões quinzenais entre o Major ou o Capitão Comandante de determinada companhia e o Delegado chefe de distrito, seccional ou departamento.

Foi necessário que essa integração ocorresse. Várias vezes afirmei que não bastaria que se restringisse apenas ao topo da pirâmide das forças policiais, pois deveria acontecer também nas demais esferas de comando da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Secretaria de Assuntos Penitenciários.

Isso agora tende a melhorar, com a integração da base territorial. O cidadão, quando acionar a Polícia Militar, saberá exatamente que aquela ocorrência policial estará destinada a um distrito, a uma delegacia e a um departamento. Assim, a integração ocorrerá diuturnamente, paulatinamente, entre policiais civis e militares, visto que, no encerramento dessas ocorrências, a mesma equipe de policiais militares que se responsabilizam por uma determinada área territorial estarão em contato permanente com os policiais civis, que, de forma co-responsável, responsabilizar-se-ão pela mesma área. Dessa forma, as áreas integradas e casadas estarão sob a responsabilidade seja do Capitão ou do Major à frente de uma companhia, seja de um Delegado de Classe I, II ou III de determinada delegacia distrital ou seccional. Isso facilitará a prática da ação policial.

Sr. Presidente, ao discutir a questão de segurança pública com intensidade, na legislatura passada, tivemos oportunidade de ser autor do projeto que deu origem à Lei nº 13.968, que determina o acesso comum às informações, como parte desse projeto maior de integração das forças de segurança pública.

Portanto, o Governador Itamar Franco sancionou a Lei nº 13.968, originada de projeto de minha autoria, no mês de julho de 2001. Essa lei foi o embrião para essa integração de fato e de direito anunciada hoje, às 11 horas da manhã, no Palácio da Liberdade. Tenho certeza absoluta de que o Governador Aécio Neves, a partir desse momento, deu mais um grande passo para que a política de segurança pública do nosso Estado seja colocada nos devidos trilhos.

Fazemos este pronunciamento porque defendemos a integração das forças de segurança pública durante quatro anos, desta tribuna. Infelizmente, por uma cultura arraigada nas corporações, seja na Polícia Civil, seja na Polícia Militar, essa integração foi impedida. No entanto, o Governador Aécio Neves, ao assumir o Governo, criou a Secretaria de Defesa Social, a que se subordinam a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Subsecretaria de Assuntos Penitenciários. Assim sendo, o Governador criou um ambiente propício para que o Chefe da Polícia Civil, o Comandante da PM, o Comandante do Corpo de Bombeiros e o Subsecretário de Assuntos Penitenciários se sentassem à mesma mesa para discutir a segurança pública de maneira integrada.

Fico feliz pela medida anunciada pelo Governador nesta manhã, porque isso faz com que as demais esferas do policiamento, até o nível do destacamento, sejam integradas. Aí, sim, teremos condições até de avaliar os chefes de polícia, tanto da Polícia Civil quanto da Militar, visto que haverá áreas determinadas previamente por resolução interna entre as corporações. Dessa forma, poderão ser cobrados por suas atividades em cada área e fazer balanços quinzenal, mensal e semestralmente, que serão apresentados à cúpula da segurança pública, para que ela avalie os avanços ao longo do tempo.

Sr. Presidente, a integração das forças de segurança pública do nosso Estado era um sonho deste Deputado, que, por diversas vezes, ocupou esta tribuna na legislatura passada, cobrando isso do Governador Itamar Franco. Mas tivemos a felicidade, neste Governo, de ver a Secretaria de Defesa Social e as áreas integradas. Hoje tive oportunidade de parabenizar, pessoalmente, o Governador Aécio Neves, não só por esse avanço, mas também por sua determinação. O Governador está verdadeiramente preocupado em melhorar a segurança pública.

Queremos dizer, Sr. Presidente, que, com a integração do arquivo criminal, oriundo da Lei nº 13.968, de nossa autoria, temos acesso comum às informações entre as Polícias Civil e Militar. Durante décadas e mais décadas, uma corporação sonegava informação à outra; no entanto, a partir dessas ações do Governo, isso não ocorre mais.

Tivemos a felicidade de ver as áreas integradas e de saber que todas as ocorrências registradas num determinado número de bairros serão encerradas na mesma delegacia distrital ou seccional. Assim sendo, teremos condições de, por parte do Legislativo, por meio da Comissão de Segurança Pública, fiscalizar e dar à população a transparência e a publicidade de que necessitamos.

Com a integração dos arquivos criminais, das chamadas CICOP e CEPOL, em que havia duplicidade de órgãos e superposição de funções, tudo será mais fácil. No sistema antigo, o cidadão que estava na ponta da linha e discava o número 190 tinha um prejuízo terrível no atendimento da demanda operacional. A partir da integração, teremos condições de dar resposta ágil ao cidadão, porque eliminaremos a superposição de funções por parte dos comandos das Polícias Civil e Militar, além de acabar com a duplicidade de órgãos como CICOP e CEPOL. Hoje, temos uma central integrada única, um banco de arquivo criminal único, uma área integrada única. Portanto, com certeza, com o fim da duplicidade de órgãos e com o fim da superposição, teremos uma polícia capaz de dar resposta mais eficaz à sociedade.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)\* - Deputado Sargento Rodrigues, parabenezo-o pela atuação como Deputado, principalmente na área de segurança pública.

A integração das forças de segurança pública, Polícias Civil e Militar, no Estado de Minas Gerais é salutar e providencial.

Apesar de parabenizá-lo, fazendo um adendo a seu discurso, gostaria de contar com a colaboração de V. Exa. numa luta. O Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba, o Pontal, se comparados com outras regiões, têm o menor contingente de policiais militares e civis. Por sucessivos governos essa região tão importante para o Estado, que contribui com quase 17% de toda a arrecadação, vem sendo muito prejudicada. Há falta de estrutura, faltam viaturas e equipamentos. Às vezes, a própria comunidade e as Prefeituras ajudam a colocar gasolina nas viaturas, a trocar um pneu de moto ou de viatura.

Solicitamos, então, uma vez que a cada dia cresce a violência, uma contribuição do Deputado, que é ligado a essa área, para que se resolva esse grave problema no Triângulo Mineiro.

É notório também que as corporações tiveram um reajuste de apenas 6%, portanto muito pequeno. O Bloco PT-PCdoB continuará pressionando o Governo do Estado para que, realmente, valorize o servidor policial militar ou civil, assim como o da área de educação, que está há 11 anos sem reajuste.

Essa é a colocação que faço. Continuaremos na luta, defendendo, sim, os servidores do Estado e cobrando do Governador o cumprimento de sua palavra na questão da valorização do servidor. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradecemos o aparte ao nobre Deputado Weliton Prado. Pensamos de igual maneira, nobre companheiro, principalmente no que diz respeito aos direitos dos servidores, inclusive no que concerne à valorização do servidor da segurança pública. Esse é o maior desafio que temos enfrentado durante o nosso segundo mandato nesta Casa.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de dizer oportunamente ao Deputado Weliton Prado que a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais recebeu determinação do Governo e acabou de abrir inscrições para 500 vagas no curso de Soldado, o que permitirá o aumento do efetivo. Certamente, a região do Triângulo será contemplada, numa distribuição técnica e devidamente criteriosa no que se refere aos recursos humanos para policiamento ostensivo e preventivo.

Registro minha felicidade ao receber o anúncio de que o Governador Aécio Neves disponibilizou cerca de R\$2.000.000,00 para a compra de viaturas a serem destinadas aos 72 municípios. Critiquei desta tribuna e da Comissão de Segurança Pública, que havia 72 municípios no Estado que não contavam sequer com uma viatura da Polícia Militar. Portanto, com essa verba já liberada, todos os municípios do Estado terão viatura para o atendimento. Fico muito feliz, pois novas viaturas chegarão aos mais longínquos destacamentos, principalmente os das regiões Norte, Nordeste, Noroeste e do vale do Jequitinhonha, que são sofridas. Nesses locais, a ação da Polícia Militar vai além da segurança pública, prestando serviço social à população carente.

Senti-me extremamente feliz ao ouvir o Governador e os demais Secretários se pronunciarem a respeito da integração, o meu sonho que defendo arduamente. Reafirmo que o Governador está no caminho certo. Percebemos que, para que ocorra a integração das áreas, da central de comunicação e dos arquivos, o fim da superposição de funções e agilidade na resposta da demanda operacional, precisaríamos de recursos para a infra-estrutura logística, e o Governador anunciou a liberação de mais R\$15.000.000,00 a serem aplicados na infra-estrutura da Polícia Militar.

Reforço o pronunciamento do Deputado Weliton Prado. Realmente faltam viaturas, gasolina, coletes e equipamentos. Tenho certeza de que, após a liberação desses recursos, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e a Subsecretaria de Assuntos Penitenciários terão condições de avançar e suprirão a questão logística dos órgãos que compõem o sistema de defesa social.

Mais uma vez esclareço que o Governador Aécio Neves está no caminho certo. A integração, como ele disse, é um caminho sem volta. Pela primeira vez na história, um Governador teve a coragem de romper a cultura enraizada nas corporações policiais, que não cediam em nome da população. Portanto, a integração faz com que haja aprimoramento, agilidade e economia nos recursos humanos e logísticos na prestação do serviço de segurança pública no Estado.

Estarei à frente da Comissão de Segurança Pública, cobrando a execução desse projeto, porque o cidadão ganhará muito com a integração e com a maior eficiência na área de segurança do Estado. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, público presente nas galerias, também estive no Palácio e testemunhei o que disse o nobre Deputado Sargento Rodrigues. Portanto, corroboro e confirmo tudo o que foi dito com relação à implementação da unidade das Polícias Militar e Civil, principalmente nas ações determinadas pelo Governador Aécio Neves.

Pela primeira vez, a classe médica brasileira está trabalhando unida, organizada em prol de um objetivo comum, como já disse por diversas vezes desta tribuna, aonde volto para reafirmar o meu posicionamento, por ser médico e parlamentar. Refiro-me à implantação imediata da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM. É um processo que está só começando.

Devemos ter em mente que nada se resolve da noite para o dia e que não vamos atingir nossos objetivos de uma só vez. Já tivemos vitórias, e tenho certeza de que, unidos, nosso objetivo final será alcançado.

Estive ontem, 2 de agosto, participando novamente do movimento médico em defesa da CBHPM, quando ocorreu a concentração dos médicos na Praça da Liberdade e a caminhada até a Associação Médica de Minas Gerais, onde realizamos uma grande reunião em protesto contra os planos de saúde. A presença de todos os meus colegas e de representantes das entidades estaduais e federais foi marcante. Essas entidades, na ocasião, também informaram, por meio de folhetos explicativos, à sociedade em geral o objetivo do movimento, ou seja: os médicos querem a adoção da CBHPM pelas operadoras de planos e seguros de saúde; a CBHPM é um documento que classifica, pela primeira vez no Brasil, os cerca de 5.400 procedimentos médicos existentes em todas as especialidades; nela foram incluídos quase 2 mil novos procedimentos, resultado dos avanços da ciência, que não têm cobertura pelos planos e seguros de saúde até hoje; a classificação corrige os honorários médicos, congelados há cerca de dez anos, apesar de as operadoras e planos de saúde terem corrigido as mensalidades em até 418% nos últimos oito anos.

Como deveria ser o sistema de saúde no Brasil? O Sistema Único de Saúde - SUS - foi considerado um modelo em todo o mundo e deveria

garantir o acesso a serviços de assistência médica gratuitos e de qualidade. É para isso que pagamos tantos impostos. Os planos e seguros de saúde deveriam ser usados apenas como um serviço suplementar ao SUS, para quem desejasse, por exemplo, mais conforto nas internações hospitalares.

O que acontece, na realidade, é que o SUS está falindo por falta de recursos e organização. Hospitais públicos e privados estão fechando suas portas. As filas para atendimento médico-hospitalar crescem a cada dia, e pacientes esperam anos para a realização de cirurgias e de certos exames, principalmente os mais complexos.

Os planos e seguros de saúde cresceram no rastro da falência do SUS e hoje atendem a mais de 38 milhões de brasileiros. O valor das mensalidades cresce sem parar, mas a qualidade do serviço prestado pelas operadoras é cada vez pior, fazendo multiplicar as reclamações nos PROCONs e na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A situação dos médicos é insustentável: além de não terem seus honorários reajustados, eles são constantemente pressionados a reduzir os pedidos de exames para reduzir o custo das operadoras. Os médicos não aceitam a substituição do SUS por um sistema que privilegie o lucro no lugar da saúde da população. Não aceitam que sua dignidade profissional seja pisoteada por planos e seguros de saúde.

Contamos, pois, com seu apoio na luta pela adoção da CBHPM e pela recuperação do SUS, que é o melhor plano de saúde. O acesso à assistência médica gratuita e de qualidade é um direito constitucional de todos. Cidadão, entenda o movimento, ele também o protege. Para denunciar os abusos dos planos e seguradoras de saúde ligue para: 0800 8877700.

É relevante também destacar o meu apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 3.466/2004, do Deputado Federal Inocêncio de Oliveira, em tramitação na Câmara dos Deputados, que estabelece a CBHPM como referência de honorários médicos para o sistema suplementar de saúde, o que já foi aceito pela ANS.

Nós, médicos, não podemos continuar à mercê das operadoras de planos e de seguros de saúde, que são quase 700 em todo o Brasil, nem tampouco os usuários dos mesmos, que estão extremamente prejudicados. O Código de Ética Médica tem que ser respeitado, e será a nossa união que resgatará a dignidade que tentam arrancar do nosso trabalho e da nossa profissão.

Gostaria também de agradecer aos meus pares desta Assembléia Legislativa, que, no mês de julho passado, atenderam ao meu chamamento, ao meu pedido de apoio, em manifesto enviado às entidades médicas e assinado por todos os 76 colegas Deputados desta Casa, hipotecando total apoio a essa justa e necessária reivindicação. É claro que nele também constou minha assinatura, pois me senti no dever de ser o primeiro a fazê-lo. Esse era o meu primeiro assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última sexta-feira, dia 30 de julho próximo passado, estive em Alfenas, no Sul de Minas, para instalação e inauguração de mais uma unidade de armazenamento de última geração da COOXUPÉ, a cooperativa de café do Sul de Minas.

Há a participação do Governo Estadual em 70% do investimento, por meio do BDMG, e 30% da cooperativa de produtores de café de Guaxupé. A cooperativa tem capacidade de armazenar 300 mil sacas, entre elas café, milho e soja, para cerca de 9 mil associados de 103 municípios. E ainda armazenará grãos de cerca de 15 municípios do nosso Estado, mais precisamente do Sul de Minas.

Com muita alegria, pude presenciar aquela inauguração e quero, desta tribuna, parabenizar sua diretoria e continuar torcendo pelo seu crescimento ordenado e organizado. Espero que tenha sempre a credibilidade de todos nós e que dê segurança aos associados desta grande cooperativa, a maior de Minas e do Brasil. Parablenizo a COOXUPÉ e a cidade de Alfenas pela grande obra.

Quero também dar uma notícia triste. Para chegar a Alfenas, a estrada, como não é novidade, está ruim, esburacada, dificultando o escoamento da produção, trazendo, portanto, prejuízo aos produtores e aos usuários das estradas. Sabemos que os buracos causam prejuízos e riscos à vida do ser humano, que é lesado em sua integridade física, pois esses acidentes, em alguns casos, provocam mortes. Mais uma vez, pedimos aos Governos Federal e Estadual cuidado especial para com as estradas. Quanto mais andamos por este grande Estado de Minas Gerais, mais percebemos a necessidade da restauração dessas estradas.

Sabemos da luta de todos os colegas Deputados do Sul de Minas, que reivindicam e lutam pela restauração das estradas do Sul de Minas. Quero referendar essa cobrança, feita pelos valorosos Deputados do nosso Sul de Minas. Faça isso, de público, nesse instante.

Também a BR-262, rumo ao Triângulo, apresenta situação de calamidade em determinados trechos. Mais uma vez, pedimos aos departamentos responsáveis, ao Ministério dos Transportes, à Secretaria de Transportes e Obras Públicas do nosso Estado, todo esforço possível na recuperação dessas estradas.

Daqui a dois ou três meses estaremos entrando em novo período de chuvas, e, para minha tristeza maior, acontece a paralisação da 135 também da minha região, no Centro-Norte de Minas. Logo depois de Corinto, do tapa-buraco, ela já foi paralisada.

Voltamos a pedir à empresa Sucesso e ao DNIT a liberação dos recursos para o reinício das obras de tapa-buraco. Temos informação, colhida no DNIT, de que teremos de aguardar um tempo para a liberação dos recursos para a restauração da BR-135, como de outras BRs do Estado. Não estamos vendo possibilidade de isso acontecer porque houve a interrupção desse tapa-buraco, uma fase inicial, mas que não resolve o problema. Dentro de poucos meses teremos o início do período chuvoso, mas depois de Corinto já paralisaram esse tapa-buraco, que não é suficiente.

Mais uma vez voltamos, com todos os nossos colegas que têm lutado por essas obras, para novamente pleitear a restauração da BR-135. Estamos muito preocupados com a situação.

O Deputado Carlos Pimenta solicita aparte. Tenho certeza de que o colega, com o qual já viajamos, levando Ministros para conseguir as obras na região, irá também pedir a solução desse problema que não se resolve. Concedo-lhe aparte, valoroso Deputado Carlos Pimenta, do Norte de Minas, meu amigo e médico.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Doutor Viana.

Quero, mais uma vez, testemunhar publicamente para todo o Norte de Minas, para todo o Estado de Minas Gerais, a persistência, o trabalho e a luta que V. Exa. tem realizado com outros Deputados em favor da restauração dessa rodovia. Ela se iniciou do Trevão até o Município de Corinto e está mais ou menos transitável nesse trecho. Quem vai a Montes Claros está passando por Pirapora, aumentando em mais de 100km o percurso. Mas, de Corinto até Buenópolis ou um pouco mais à frente, em direção a Montes Claros, a rodovia continua intransitável.

O engraçado é que a gente procura o DNIT e os órgãos do Governo Federal pedindo explicações, mas eles simplesmente dizem que os recursos ainda estão sendo alocados. Malgrado todas as promessas feitas, o empenho do Vice-Presidente da República José Alencar e a disponibilidade do então Ministro dos Transportes Anderson Adauto e apesar de todas as audiências que realizamos em Montes Claros e de outras que temos feito em Brasília, para onde levamos nossas reivindicações, não vemos surgir uma luz no fim do túnel. Na verdade, o Governo Federal está empurrando com a barriga esse problema. Estou quase acreditando que o Governo Federal está prometendo o que não pode cumprir.

Isso é ruim, porque temos procurado, de certa forma, defender o Presidente Lula e ainda acreditar não nas promessas, mas nos compromissos e nos acertos que são feitos. Infelizmente, no caso da BR-135, que está matando muita gente - e hoje mesmo houve um acidente com morte -, estamos sentindo que o Governo Federal não está honrando os compromissos que fez.

O estado lastimável das nossas BRs mata nosso povo. O Governo, que se preocupa muito com o superávit primário, com o aumento dos números da balança comercial, está voltando as costas para situações como essa, desafiando as autoridades e a paciência popular.

Não sei mais o que fazer em relação à BR-135. Não acho que valha a pena ir a Brasília ou recorrer aos Deputados Federais. Cansamos. A partir de agora, o jeito é fazer como em Viçosa: a população estendeu dezenas de faixas mostrando que as rodovias são responsabilidade do Governo Federal. O povo deve exercer sua pressão.

V. Exa. e eu assinamos uma denúncia antecipada junto ao Ministério Público, responsabilizando, antecipadamente, o Governo Federal pelas mortes que estão ocorrendo. Elas devem ser creditadas na conta da irresponsabilidade do Ministério dos Transportes. Todos os dias alguém perde a vida na Rodovia da Morte. Falarei com os Prefeitos e pedirei que coloquem faixas ao longo da BR-135 e enviem fax, "e-mails" e cartas aos Deputados Federais.

Eles prometem que tamparão o buraco, as obras iniciam e paralisam. Há 45 dias não temos informações. A paralisação ocorre exatamente no trecho de Corinto até Engenheiro Navarro, que tem o maior índice de acidentes com mortes. Sinto-me triste e incapacitado para agir. Resta-me fazer pronunciamentos desta natureza, movidos pela emoção que sinto neste momento.

Quando não matam, os acidentes destroem carros, trazendo prejuízos enormes à população do Norte de Minas. Parabéns pelo seu pronunciamento. Pedimos aos companheiros do PT, nossos amigos, que ajudem a pressionar o Governo Federal, pois ele só andará dessa forma. Com diplomacia, infelizmente, não há solução para a BR-135. Ajudem-nos, pois são Deputados mineiros, precisamos da sensibilidade da companheira Deputada Marília Campos, do Deputado Biel Rocha, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, para que nos ajudem. Defendi o Governo em várias situações, mas não tenho o que falar, pois nesse trecho, diariamente, morrem nossos conterrâneos. Obrigada.

O Deputado Doutor Viana - Obrigado. Hoje houve mais um acidente grave.

Brigamos, porque há o recurso da CIDE, criada por lei para atender a esse fim, que está sendo desviado para fazer superávit primário. Não podemos concordar com isso. Não apenas Minas Gerais, mas todo o País necessita desse recurso, que sensibilizou o Congresso e a sociedade ao ser criado para resolver o problema crucial das estradas e que está sendo desviado, assim como a CPMF, no caso da saúde. Não sabemos quando essa questão será moralizada.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\*- Obrigado, Deputado Doutor Viana. Quero cumprimentá-lo por sua fala e registrar a sua preocupação e o trabalho que V. Exa. tem desempenhado para ver solucionada a questão da BR-135.

Realizamos três reuniões em Montes Claros, Curvelo e Minas Novas e tivemos a promessa de que a BR-135 seria recuperada. Passei alguns dias em Corinto, Monjolos, Santo Hipólito e Buenópolis, onde houve a Festa do Fazendeiro. O tapa-buracos do Trevão até Corinto está bom, apesar de alguns buracos. Ou seja, a recuperação foi feita, mas estão surgindo outros buracos. No entanto, a situação do trecho de Corinto a Buenópolis é calamitosa. É um absurdo uma rodovia daquele jeito.

A Comissão de Transporte desta Casa, da qual sou Presidente - e tenho lutado muito -, esteve reunida em Brasília com o Ministro dos Transportes e com o atual Diretor-Geral do DNIT, Alexandre Silveira. Foi feita a promessa aos parlamentares de que o recurso para a BR-135 seria liberado. Dessa forma, marcamos uma reunião nesta Casa para discutirmos a questão da CIDE, recurso novo do Governo para recuperação, ampliação, reforma e construção de rodovias. Dinheiro, portanto, contingenciado e que está fazendo caixa para superávit. O Ministro prometeu vir a esta Assembléia para debatermos a questão até com Deputados de outros Estados; caso não pudesse comparecer, viria o Diretor-Geral Alexandre Silveira. Não obtivemos resposta.

Quero criticar o atual Diretor-Geral do DNIT, Alexandre Silveira, do nosso partido, que nem atende mais telefonema dos nossos parlamentares, o que é falta de consideração com esta Casa, a Comissão e os Deputados.

Chega de promessa. Vidas estão sendo ceifadas na BR-135, e eles fingem que vêem, mas não enxergam a situação dessa rodovia.

Por falta de quórum na comissão, não foi possível abrir os trabalhos com a minha presença e a do Deputado Laudelino Augusto. A comissão recebeu correspondência do DNIT, em resposta a requerimento de V. Exa. solicitando informações a respeito dos trechos 1, 2 e 3 da BR-135. A assessoria está encaminhando essa resposta ao seu gabinete.

A situação da BR-135 é calamitosa, vergonhosa e está trazendo grande prejuízo a Curvelo, Corinto, Augusto de Lima e Buenópolis. As pessoas não têm confiança em trafegar por ela, e quem está percorrendo o trecho de Corinto a Buenópolis está correndo risco de vida, porque a rodovia está mal sinalizada e com enormes crateras.

Tentei falar com o Sr. Alexandre Silveira, Diretor-Geral, mas, infelizmente, depois que ele assumiu o cargo, não mais atende a telefonemas, pelo menos a telefonema deste parlamentar, que é do seu partido. Ele esteve em Belo Horizonte na semana passada. Houve nesta Casa uma Comissão Especial para tratar da questão do Anel Rodoviário. Ele não fez comunicação alguma aos Deputados desta Casa, aos Deputados da Comissão nem ao Deputado José Santana, Presidente Regional do nosso partido, que está decepcionado com a atitude e com o autoritarismo com que ele vem tratando os parlamentares depois que assumiu a direção do DNIT.

Parabenizo V. Exa., que conhece o meu trabalho e empenho. Estamos juntos nessa luta. Se for preciso, iremos convocá-lo à Comissão de Transporte para prestar esclarecimentos. Não podemos permitir que ambulâncias, caminhões de carvão e ônibus permaneçam capotados no trecho da BR-135. Há promessas de que serão tomadas providências. É preciso deixar as promessas de lado e partir para a ação. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Posteriormente, continuaremos esse intrigante assunto. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente em exercício, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes de iniciar meu pronunciamento, concederei um aparte ao Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Prestarei os devidos esclarecimentos ao que foi dito. O Deputado Doutor Viana, bem como os Deputados Carlos Pimenta e Célio Moreira, fazem justas cobranças. O Deputado Célio Moreira é do PL, o mesmo partido do Ministro do Transporte e do Diretor do DNIT. Isso mostra a pouca solidariedade que ele tem com os próprios companheiros, característica conhecida do Deputado Célio Moreira. Porém, ele conhece a realidade dos fatos e poderia, pelo menos, retratar a verdade à população, não apenas a agitação pura e simples, sem expor o que ele sabe que ocorre.

Quando o PL assumiu o Ministério do Transporte no governo do PT, não havia projeto para a restauração da estrada nem sequer contrato de manutenção. Portanto, tivemos de abrir um processo de licitação para contrato de manutenção e para a recuperação da estrada. Várias outras estradas no Brasil também se encontravam em estado de calamidade, que se agravou devido à inexistência de possibilidade de fazer tapa-buracos, pois não havia mais contrato de manutenção.

O Governo teve de abrir processo de licitação para a BR-135. Para ser feito contrato, é preciso licitação, uma vez que o Tribunal de Contas é rigoroso, e com razão. O Governo, portanto, licitou. Não havia centavo algum destinado a isso.

O Governo teve, portanto, de fazer um contrato internacional de aquisição de finanças para as obras da estrada. Isso foi feito em tempo recorde, e a situação da estrada ficou um caos, o que é comum na realidade das estradas brasileiras, herança do Governo passado, que não fez investimentos.

Agora o Governo inicia investimentos em diversas BRs: a BR-040, que vai para Brasília e para o Rio de Janeiro, e a BR-135, que se encontra em fase de execução. Falta o tapa-buracos no trecho de Corinto a Buenópolis. De Montes Claros até Buenópolis, os buracos estão tapados, ou seja, foi dado o mínimo de assistência. O mesmo aconteceu de Corinto para cá. A parte que falta está em andamento, sendo que o Governo fez também o desvio para Pirapora, exatamente para dar acesso até Montes Claros, que estava praticamente ilhada. O Deputado deve saber disso e preferiu omitir essa informação.

Enquanto isso, o Governo aprovou a recuperação total da estrada, que estará pronta antes do período eleitoral, não por causa das eleições, mas por exigência do contrato. Espero que o Deputado Célio Moreira não vá a nenhum dos trechos fazer a inauguração da obra, pois reclamou e duvidou tanto que não deve usar do PL e do Governo Lula para valer-se de que conseguiu algo. Ele apenas reclamou e xingou, e não procurou ajudar.

O povo norte-mineiro deve ficar tranquilo. Vamos entregar a estrada novinha em folha, como há muito não se vê. O Deputado Doutor Viana sabe que existe esse compromisso. É verdade que há entraves e devemos cobrar, mas não faltamos com a verdade para fazer gracinhas com os eleitores.

Depois não queremos ver o Deputado subir no palanque para dizer que ajudou na construção. Em vez de fazer cobranças leais, fez apenas reclamações com objetivos eleitoreiros, sem um pinga de consideração com seus próprios correligionários, que nos ajudam no Governo. É impressionante. O Ministro e o DNIT são do PL, e o Deputado xinga o Governo Lula sem a menor preocupação. Essa é uma característica do Deputado Célio Moreira.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Deputada, aproveitando as considerações do Deputado Rogério Correia, quero dizer que, independentemente de o Ministro ser do meu partido, ser meu pai, meu irmão, ou o que for, se estiver agindo errado, anunciarei aos eleitores e aos municípios a verdade.

Parece-me que o Deputado Rogério Correia estava em um caminhão, indo para o Norte de Minas e caiu dele, como aqueles cachorros que caem das mudanças, pois não sabe o que está acontecendo.

Sei muito bem desse desvio de Pirapora, que não tem nada a ver. Essa é uma BR que já existe há muito tempo. Além disso, o trecho mencionado é o de Corinto a Engenheiro Navarro. É uma obra sobre a qual o Ministro Anderson Adauto, do meu partido, fez várias audiências em Montes Claros, Curvelo e Minas Novas, dizendo que o dinheiro estava sendo liberado. Entretanto não foi liberado nada. Vidas foram ceifadas, e o dinheiro liberado não paga nenhuma delas.

Tenho cobrado resultados, assim como outros Deputados do Norte de Minas - Doutor Viana, Carlos Pimenta e Gil Pereira, com seu trabalho à frente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Digo a verdade. Não ficarei calado, apenas porque o responsável é do meu partido. Ele está agindo errado. Não me omitirei. O Deputado Rogério Correia me conhece bem. Fomos Vereadores e estamos trabalhando aqui na Assembléia. Não me curvarei diante de situações como essa. Irei denunciar os erros e aplaudir as boas obras, assim como a boa-vontade do Governo do Estado e da União.

O nosso partido apóia o Governo Lula. Não o critiquei, mas sim, o Ministro e o Presidente-Geral do DNIT. O Deputado Rogério Correia não conhece a região; está apenas pegando carona no assunto. Essa é a situação, e estaremos cobrando, na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a promessa da recuperação da BR-135. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)\*- Mas não tem a cara-de-pau de inaugurar a obra. Isso ele não terá.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\*- Deputada Maria Tereza Lara, comprarei óleo de peroba para, na inauguração, entregar a alguns Deputados.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)\*- Ele passará o óleo na cara para comparecer à inauguração. V. Exa. criticou o tempo todo e, agora, inaugurará a obra? Se for, receberá uma tremenda vaia do PT.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\*- E se ele for, ganhará ovo.

A Deputada Maria Tereza Lara - Deputado Célio Moreira, com todo respeito e amizade, não posso concordar com V. Exa. quando diz que o nobre Deputado Rogério Correia não conhece a região. Somos Deputados do Estado.

Deputado Rogério Correia, V. Exa. viaja por todo o Estado, e sou testemunha de que acompanha os problemas do Norte de Minas de perto. Não

concordo com o Deputado Célio Moreira de forma alguma quando diz que o Deputado Rogério Correia não conhece a região e que caiu do caminhão. As informações do Deputado Rogério Correia são verídicas. Quando o Deputado Anderson Adauto era Ministro, solidarizamos-nos com ele no início do seu trabalho, conscientes de que necessitaria de tempo para, pelo menos, arrumar a casa, que recebeu totalmente desorganizada. Durante oito anos, o Governo acabou com as ferrovias e não investiu nas rodovias, deixando o País em um caos, pensando que o Lula, em seis meses, desestabilizaria o Governo. Isso não aconteceu. Pelo contrário, estamos assistindo a ações concretas do seu Governo desde os primeiros momentos. Os frutos começam a aparecer. O Governo, responsável, está fazendo todo o possível para priorizar o que garante a sobrevivência. É lógico que desejamos uma agilidade maior na questão das estradas, mas de acordo com a legislação e com as condições possíveis.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)\*- A estrada está em plena execução, porque não havia um contrato sequer para tapar buraco. Em tempo recorde, o Governo do PT e do PL, que tem o Ministério, está viabilizando a obra, que será entregue. Os Deputados Carlos Pimenta, lutador do Norte, Doutor Viana e eu estaremos presentes na inauguração, porque criticamos e cobramos para que tudo fosse resolvido. Alguns Deputados só poderão comparecer com óleo de peroba.

A Deputada Maria Tereza Lara - O Alexandre, coordenador do DNIT, quando esteve em Minas, executou um trabalho sério e responsável, contribuindo com o Governo Federal. Sempre que falamos em Governo, referimo-nos aos Governos do PT, do PL e dos partidos coligados, que são co-responsáveis quanto às dificuldades e quanto às ações positivas. Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu e a Deputada Jô Moraes estivemos em Brasília, nos dias 15 e 17 de julho, como delegadas desta Casa, com muita honra, durante todo o encontro nacional de políticas para as mulheres. A Deputada Lúcia Pacifico esteve presente como observadora. Essa foi a primeira vez que o Governo brasileiro promoveu uma ampla e democrática consulta para identificar as questões que mobilizam as mulheres das diferentes regiões do País. Contamos com a presença de 1.600 delegadas e mais de 300 observadoras e convidadas. De Minas Gerais, estiveram presentes 129 delegadas. Esse encontro foi extremamente importante. Independentemente da condição econômica, social, étnica, racial, religiosa ou de orientação sexual, esse encontro foi realizado.

Desde 19/12/2003, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto convocando a Primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, teve início um processo de mobilização que envolveu 120 mil mulheres em mais de 2 mil municípios dos 26 Estados e do Distrito Federal. Elas elaboraram cerca de 3.800 propostas durante as conferências estaduais e municipais, para a construção de um plano nacional de políticas para as mulheres.

Os resultados das conferências estaduais, consolidados em diretrizes, foram apresentados e debatidos entre os dias 15 e 17 de julho, em Brasília, durante a conferência. Em razão da amplitude e da importância do tema - Políticas para as Mulheres: um Desafio para a Igualdade numa Perspectiva de Gênero -, o evento, organizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, atraiu a atenção de governos, parlamentares e movimentos sociais de diversas partes do mundo. Além da delegação do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM -, da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL - e do Fundo de População das Nações Unidas, estiveram presentes comitivas de países como Portugal, México, Chile, Angola, Cuba e Equador.

Na cerimônia de abertura da conferência, o Presidente Lula anunciou a criação de um grupo de trabalho interministerial, que será responsável pela elaboração do plano nacional de políticas para as mulheres. Coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo grupo de trabalho interministerial, os trabalhos deverão ser concluídos no prazo de 60 dias. A versão definitiva do plano será divulgada em novembro, marcando o encerramento das comemorações do Ano da Mulher no Brasil.

Entre as deliberações constam temas nas áreas de saúde, infra-estrutura e moradia, segurança, efetivação dos direitos humanos, civis, políticos, sexuais e reprodutivos e o desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção de conhecimento para a igualdade.

Em relação ao enfrentamento da pobreza, as propostas apontam para a capacitação profissional das mulheres e a criação de oportunidades de trabalho, para o estímulo à formação de associações e cooperativas, para o incentivo à agroindústria, à pesca, ao ecoturismo, ao artesanato e à ampliação do crédito rural, com a titularidade da terra para a mulher. Nesse ponto foi um grande avanço, uma vez que as profissionais se destacaram em todos os campos, especialmente na zona rural e na formação de associações e cooperativas. Essa ação fará com que diminua o índice de pobreza entre as mulheres, com especial destaque para aquelas que trabalham no campo.

Sobre a violência doméstica, que atinge 6,8 milhões de brasileiras maiores de 15 anos, foi reafirmada a necessidade de ampliação e criação de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, como centros de referência, casas-abrigo e delegacias especializadas. Foi enfatizada a importância da criação de núcleos de mulheres nas Defensorias Públicas e da capacitação de profissionais que atuam nos diferentes serviços disponíveis, bem como a necessidade da revisão da legislação que trata da violência doméstica contra a mulher.

As delegadas deram um enfoque especial à saúde, demandando a revisão das campanhas, dos tratamentos e dos exames laboratoriais para a mulher com câncer de colo do útero e de mama. Elas querem, ainda, mais acesso a informações sobre parto, aleitamento e sobre doenças que atingem principalmente a população negra, além da humanização no atendimento às mulheres nos hospitais públicos.

Os direitos civis, políticos, sexuais e reprodutivos das mulheres também são pontos importantes das deliberações. Entre eles, a ampliação do número de instâncias de executivos estaduais e municipais que tratam de políticas para as mulheres e dos mecanismos de controle social, assim como a realização de campanhas para a promoção dos direitos das mulheres.

A conferência deliberou, ainda, pela necessidade de políticas na área de educação que promovam uma formação não sexista e não discriminatória de crianças e jovens. A propósito disso, gostaria de pessoalmente ressaltar a grande necessidade de que haja informação e formação para as mulheres, sobretudo para as jovens e para as adolescentes, a fim de que não ocorra gravidez não desejada.

É importante ressaltar que, desde o início deste Governo, foram sancionadas leis que contemplam os interesses da mulher: a Lei nº 10.710, que altera a Lei nº 8.213, a qual restabelece o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido à segurada ou empregada gestante; a Lei nº 10.778, que estabelece a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados; e a Lei nº 10.886, que tipifica como crime a violência doméstica.

Juntamente com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Governo Lula vem incorporando em todas as suas ações a perspectiva de gênero. As mulheres têm preferência na titularidade do Cartão Alimentação e do Bolsa-Família. No campo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - abriu espaço privilegiado para as trabalhadoras rurais, concedendo-lhes acesso ao crédito por meio do PRONAF Mulher. No âmbito da reforma agrária, a titularidade das terras concedidas é, agora, dividida entre marido e mulher. A Campanha do Registro Civil é outro projeto que beneficia milhares de brasileiras, bem como o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em parceria com a Secretaria e diferentes órgãos do Governo.

A Secretaria Especial executa três programas constantes no Plano Plurianual 2004-2007: Combate à Violência contra a Mulher, Igualdade nas Relações de Trabalho e Gestão da Política de Gênero. Para coibir a violência contra a mulher, estima-se que, até o final do ano, 1.400.000 mulheres sejam beneficiadas pelas ações de apoio a centros de referência e casas-abrigo para mulheres que se encontram em situação de

violência ou que correm risco de vida. Ainda devem ser oferecidos cursos de capacitação para mais de 6.300 profissionais de instituições públicas, atuantes no combate à violência contra a mulher. No segundo semestre deste ano, será encaminhada ao Congresso Nacional proposta de medida legislativa que combata a violência doméstica contra a mulher.

Dentro do programa de Igualdade nas Relações de Trabalho, a Secretaria assinou convênio com o SEBRAE nacional e com a Associação das Mulheres de Negócios para capacitar, em oito Estados, mulheres para o empreendedorismo. No programa Gestão da Política de Gênero, tem sido estimulado o debate sobre a situação da mulher no Brasil, como aconteceu no seminário A Mulher e a Mídia, realizado nos dias 26 e 27 de junho, no Rio de Janeiro, com a participação de destacadas profissionais da imprensa nacional. Durante o encontro, foi discutido o papel da mulher como produtora de notícias e o tratamento dispensado pela mídia às mulheres, quando elas são a notícia. Abordou, ainda, temas como a construção da informação envolvendo a pluralidade de gênero, a relação da imprensa com a sociedade civil organizada e as condições de trabalho das comunicadoras.

Sr. Presidente, devido à grande importância desse evento, que contou com a participação de 1.600 delegadas do País inteiro no nosso Governo, gostaria de pedir a V. Exa. um prazo de um a dois minutos, para que a nossa companheira Deputada Jô Moraes pudesse falar, já que também participou o tempo todo da conferência como uma das delegadas representantes.

Faço questão que ela tenha a palavra sobre esse tema, porque acompanhamos todo o processo da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

A Deputada Jô Moraes (em aparte) - Cara Deputada Maria Tereza Lara, agradeço, inclusive, a lembrança, mas gostaria de dizer-lhe que fiquei muito satisfeita. V. Exa. deveria reproduzir essa avaliação da conferência de mulheres para que pudéssemos informar aos movimentos, a todos os participantes e a esta Casa a dimensão, o aprofundamento do evento e como naquela ocasião foram apresentadas propostas absolutamente inovadoras.

Agradeço a lembrança de V. Exa. e a generosidade do Presidente Deputado Rêmoló Aloise. Tenha a certeza de que voltaremos a esse assunto.

Cumprimento-a, Deputada Maria Tereza Lara, por ter participado tão ativamente de todas as etapas dessa conferência, de significativa importância para nós todas.

A Deputada Maria Tereza Lara - Obrigada, Deputada Jô Moraes. Poderemos, depois, discutir esse documento. Muito obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores, senhoras e senhores, darei enfoque ao desenvolvimento tecnológico e ao contexto da logística das estradas, que está sendo discutido.

O Ministro Roberto Rodrigues afirma que o agronegócio é o maior negócio deste País, pois, por meio dele, é possível gerar grande quantidade de empregos. Ele afirma ainda que o Brasil tem terra em abundância, a melhor tecnologia tropical do mundo, além de produtores e empreendedores na cadeia do agronegócio. Por outro lado, o Ministro afirma que há três situações ruins: capital, crédito para alavancar o processo de desenvolvimento e logística deficiente, principalmente quanto às estradas.

O Brasil ainda não aprendeu a fazer as chamadas negociações internacionais. Por isso, participamos tão pouco do mercado internacional. Nesse enfoque, destaco o desenvolvimento tecnológico, um dos lados positivos do nosso País. A Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais - EPAMIG -, completará 30 anos de existência na próxima sexta-feira, 6 de agosto. São 30 anos de muita luta. Tenho orgulho de participar dos quadros daquela empresa como pesquisador.

Manifesto a nossa alegria e o nosso aplauso a todos aqueles servidores que ao longo desses 30 anos fizeram um trabalho brilhante, desenvolvendo tecnologias para o agronegócio, especialmente para o setor agropecuário. São muitas as realizações, portanto, seria enfadonho dizer todos os feitos da EPAMIG. Mas, com certeza, se hoje existe um cerrado brasileiro sendo desbravado, evidentemente há a participação das universidades, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA - e de outros institutos de pesquisas.

No entanto, inicialmente, o Programa Integrado de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais - PIPAEMG -, que precedeu a EPAMIG, foi a inspiração para a criação da EMBRAPA. Dessa forma, podemos dizer que o PIPAEMG e a EPAMIG precederam a EMBRAPA, que foi criada à luz do que se fazia aqui em Minas Gerais.

A EPAMIG deixou uma enorme contribuição, criando variedades, mudando procedimentos, fazendo o controle integrado de pragas, diminuindo o uso de agrotóxicos, além da sua relação com o meio ambiente. Enfim, propiciou uma contribuição inquestionável ao desenvolvimento do nosso Estado. A nossa tecnologia tropical é um lado bom existente neste País, graças à EPAMIG.

Não podemos deixar de dizer que nesses 30 anos houve tempos bons, mas também tempos bastante sacrificados para o pessoal da EPAMIG. A sociedade como um todo, o Estado e o Governo precisam olhar com mais atenção para o desenvolvimento tecnológico. A EPAMIG é uma empresa sadia, sólida e competente, mas, evidentemente, como as demais empresas públicas, também carece do mínimo necessário para que possa ser mais produtiva.

Assim, ao mesmo tempo em que parabenizamos todos os servidores pelo trabalho prestado a todos nós como sociedade, também queremos dizer que a EPAMIG precisa de uma atenção especial por parte dos governantes deste Estado. Fica aqui o nosso apelo. Peço ainda aos Srs. Deputados que nos ajudem nessa empreitada de valorização da EPAMIG, para o nosso próprio bem.

Sobre a logística, esse é um lado negativo que o Brasil possui. Quando falo em logística, refiro-me às estradas do nosso Estado. Realmente, muitas delas estão numa situação absolutamente precária.

Andamos muito nesse recesso, mas andamos de carro, e não de avião ou helicóptero, e vimos com perplexidade a situação das nossas estradas mineiras. A manutenção da grande maioria delas é da alçada do Governo Federal. Isso é fato, como é o caso da BR-262, que faz uma ligação importante, ou seja, liga o Triângulo Mineiro à nossa Capital, Belo Horizonte, e está numa situação quase intransitável. O trecho entre Araxá e Uberlândia foi interditado pela justiça, evidentemente mudando o fluxo, encarecendo o transporte, dificultando o trabalho dos comerciantes e colocando vidas em risco.

Quero, em nome de toda essa comunidade mineira, que enfrenta as estradas ruins deste nosso Estado, fazer um apelo ao Governo Estadual, sim, porque ele tem a responsabilidade de governar o nosso Estado. Esperamos também que ele faça gestões junto ao Governo Federal, que,

evidentemente, tem responsabilidade nesse caso, pedindo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que libere, o mais urgentemente possível, os recursos da CIDE. Trata-se de uma contribuição que já soma quase R\$20.000.000.000,00, dos quais, na verdade, pouco foi liberado para os Estados.

Se existe algo que está atrapalhando o nosso País, são as nossas estradas. Quando se fala de logística, não se trata de uma referência apenas a estradas, mas a hidrovias, a ferrovias, a portos e a capacidade de estocagem. No entanto, neste momento, o que está criando mais dificuldades para o desenvolvimento são as nossas estradas em precárias situações.

Não bastam apenas palavras. Nós, assim como a Assembléia Legislativa, que temos a responsabilidade de cuidar dos interesses do nosso Estado, queríamos sugerir mais um movimento neste início de segundo semestre para pressionarmos - essa é a palavra correta - os Governos, sobretudo o Federal, para que destine os recursos necessários para as nossas estradas.

Nos 30 anos da EPAMIG, trazemos uma mensagem positiva, mas outra de apreensão pelo que podemos ter pela frente: propriedades produzindo, mas sem as mínimas condições de transportar os produtos.

Busco em nossos nobres pares Deputados a compreensão e essa reação, que é necessária e urgente, porque a produção e o plantio estão aí. São produtos e corretivos que serão transportados. Do jeito que as estradas estão, evidentemente prejudicaremos a produção agropecuária no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

## 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

### Discursos Proferidos em 4/8/2004

O Deputado Doutor Ronaldo - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, funcionários desta Casa Legislativa, público que nos vê das galerias e pela TV Assembléia, especialmente os de minha querida Sete Lagoas e região, amigos, a grande vantagem deste momento da reunião é que nos é permitido abordar assuntos variados que sempre revelam à sociedade fatos importantes.

Hoje quero lhes contar uma história que serve de exemplo para muitos jovens desesperançados, desiludidos, que não conseguem crer num futuro melhor. É a história de um menino, Ronaldo Alexandre do Amaral e Silva, que nasceu em 16/7/79. Criança alegre e esperta, foi muito influenciado pela propaganda televisada das eleições de 1982, que aconteceram três anos após seu nascimento. Os números dos partidos e dos candidatos levaram-no a tomar o caminho oferecido pelas ciências exatas, no caso, a matemática. Quase que ao mesmo tempo recebeu de presente de sua mãe um globo terrestre de material acrílico, semi-transparente, que era iluminado por uma lâmpada interna e mostrava todos os países do mundo à época e suas respectivas Capitais.

Rodeado pelos jornais que a família recebia, por exemplo, o "Estado de Minas" e a "Folha de S. Paulo", ele apenas lia o caderno de economia e, desde criança, mostrou-se conhecedor de todos os índices econômicos, o que para outras pessoas era difícil entender. Como grande observador e estudioso, desde cedo decorou as Capitais de todos os países. A dedicação à matemática se uniu à vontade de conhecer o mundo e fez nele crescer o ideal de ser diplomata. Fez disso uma meta e, para tal, fincou o pé em seus estudos.

O tempo passou. Ele, como bom aluno, sempre teve reforçada a consciência de que precisava se tornar um Embaixador para atingir seus objetivos. Vencidas as etapas de estudos em Sete Lagoas, passou a estudar aqui na Capital, cursando Ciências Econômicas e Relações Exteriores. Aprovado nos concursos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, optou por trabalhar neste, exercendo as funções de Caixa Executivo e, posteriormente, na gerência. Em seguida foi transferido para Brasília, para atuar no setor de agronegócio do Banco, o que lhe trouxe muitas dificuldades durante um tempo. Formou-se em Economia, mas teve de interromper o curso de Relações Exteriores.

Em seu primeiro ano na Capital Federal, fez seu primeiro contato com o Instituto Rio Branco. Definiu a experiência como a prova mais difícil que havia encarado na vida. Contentou-se ao saber que a média de idade dos candidatos aprovados em tal concurso era de 29 anos, e ele tinha apenas 23. Na Capital Federal, seu excelente desempenho no Banco trouxe-lhe satisfações profissionais e sociais, granjeando-lhe amizades sinceras, o que pudemos comprovar quando, no ano passado, vítima de grosseiro erro médico, esteve às portas da morte, evitada graças à minha presença ao seu lado no malfadado hospital onde esteve internado. No ano passado, mesmo se recuperando da cirurgia, voltou ao concurso e conseguiu 27 pontos, sendo que o último candidato aprovado atingiu 29 pontos.

No mês passado, fez parte da comitiva que representou o Banco do Brasil na reunião dos vários países que constituem a UNCTAD e posteriormente, no mês de julho, voltou a representar o Banco do Brasil numa feira de informática realizada na cidade de São Paulo.

No início do mês passado, enquanto ele aguardava o voo para São Paulo, recebeu uma chamada em seu telefone celular - era o Instituto comunicando a sua aprovação em 11º lugar no concurso para Diplomata brasileiro. Em seguida, ele ligou para mim, seu pai, dando-me a notícia. Alguns dias depois, no dia 16, ele completou 25 anos. Posso dizer às Deputadas, aos Deputados e a todo o Estado de Minas Gerais que recebi o maior e o melhor presente que um pai pode receber - não a vitória da aprovação no concurso, mas a certeza de que tenho um filho de caráter indefectível, determinado e, acima de tudo, um cidadão que ama o País em que nasceu.

Também neste ano, com a formatura de meu filho João Henrique do Amaral e Silva, na Faculdade de Medicina de Itajubá, minha família completa oito médicos, entre irmãos e sobrinhos, o que nos coloca satisfeitos com o cumprimento dos nossos deveres de pais na face da terra, que é o de educar e orientar na boa formação daqueles que geramos. Como dizia o falecido líder político Leonel Brizola, somente pela educação conseguimos libertar nossos irmãos, principalmente os mais necessitados.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Quero olhar nos olhos de V. Exa. Peço licença ao Sr. Presidente para, neste momento, falar da nossa imensa alegria de ver nos olhos e no coração de V. Exa. o mesmo sentimento expresso por meio de um discurso diferente daquele que sempre fazemos nesta Casa. No chão sagrado do parlamento mineiro, a grandeza do coração de V. Exa. não poderia ficar expressa apenas por meio de suas palavras. Quantas vezes nós, filhos, somos obrigados, por gratidão, consciência e dever, a falar de nossos pais? Não importa se ele estiver na mansão dos justos; não importa se estiver vivo e presente. O que importa é saudar, lembrar o ente querido.

Nestes dias que antecederem o Dia dos Pais, V. Exa., em um gesto de grandeza, mostrando a pureza de alma de que é portador, traz para nós essa belíssima reflexão. Peço que me forneça cópia desse seu pronunciamento, para que eu possa, Deputados Sidinho do Ferrotaco e Ana Maria Resende, mostrar aos meus filhos a convivência extraordinária que tem com seus filhos. V. Exa., em um gesto magnânimo e respeitoso, agradece a honra de seus queridos filhos.

Quero abraçá-lo, Doutor Ronaldo. E, nesse gesto, abraço também a sua família. Todavia, meu desejo é abraçar especialmente a sua pessoa, símbolo do trabalho, médico honrado, parlamentar que tem demonstrado sensibilidade e equilíbrio nas decisões deste parlamento.

Peço a Deus que me ouça neste momento, para que os pais do mundo inteiro façam essa mesma reflexão de gratidão e agradecimento a Deus, a seus filhos, à sua família. Trata-se de um gesto maravilhoso. Por isso, saúdo V. Exa. Desejo que todos os Ronaldos, todos os seus filhos médicos tenham as mãos santas como as de V. Exa. Desejo ainda que sua família, da qual V. Exa. tem a honra e o privilégio de ser o chefe, continue feliz. Que seu discurso seja contemplado por todos os corações, ou seja, de todos os pais e filhos. Estamos felizes com este momento. Parabéns pela maravilhosa família e pela alegria que seus filhos dão à sua vida.

Os filhos são a razão maior da nossa vida, e a família é a "cellula mater" da sociedade. Pedimos a Deus que a família possa continuar derramando bênçãos copiosas, como as que reproduzem hoje seus olhos e seu coração. Parabéns pela brilhante lição para nós, pais e filhos.

O Deputado Doutor Ronaldo - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham nas galerias, imprensa, senhoras e senhores telespectadores da TV Assembléia, venho à tribuna, nesta tarde, para me manifestar a respeito de um assunto que ocupou - e certamente ainda ocupará - a atenção de todos. Refiro-me à manifestação do STF, que, em breve, deve julgar o mérito do tema aborto. Essa decisão será tomada em razão de uma liminar concedida para os casos de anencefalia - uma criança que está sendo gestada com essa anomalia física. Concedida a liminar, agora será julgado o mérito.

Quando li uma coluna com o tema aborto e democracia, fiquei encantado com a lucidez, com a clareza, com a objetividade e, ao mesmo tempo, com a consistência da defesa da vida feita pelo Dr. Carlos Alberto de Franco, Diretor do Master em Jornalismo para Editores e professor de ética jornalística. Não me contive e decidi dar-lhe uma publicidade maior que a dada pelo jornal. Logicamente, ele é contrário ao aborto. Traz dados e números extremamente interessantes, que precisam ser mais evidenciados do que o foram num grande jornal com circulação em Minas. (- Lê:) "Recente liminar concedida pelo Ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal, autorizando a interrupção da gestação de fetos com anencefalia, reacendeu o debate sobre a legalização do aborto no Brasil. A decisão do Ministro - a quem talvez tenham chegado apenas dados médicos parciais -, certamente influenciada pela força de compreensíveis argumentos emocionais - o presumível sofrimento da gestante -, será em breve submetida a discussão no plenário do STF.

Como sabe o caro leitor, a anencefalia é uma má-formação grave, caracterizada por ausência dos ossos do crânio, exceto pelo osso frontal, e inexistência dos hemisférios cerebrais. O feto costuma ter uma sobrevida extra-uterina curta. A incidência é de 0,1 a 0,7 casos em cada 1.000 nascidos, com predomínio do sexo feminino. Segundo dados do Ministério da Saúde, ocorrem no Brasil, em média, 616 mortes por ano. Atualmente, em países do Norte da Europa, preconiza-se o uso do ácido fólico no primeiro trimestre da gestação para prevenção da anencefalia. O resultado, notável, indica uma redução de 1/3 na incidência da patologia." Em 33% dos casos, apenas com a ingestão do ácido fólico, deixa de existir o risco da anencefalia.

"Alguns autores afirmam que o não-aparecimento de defeitos no tubo neural chega a atingir 85% dos casos. Trata-se, sem dúvida, de uma experiência que deveria ser valorizada pelo nosso Ministério da Saúde." Ou é "Ministério da Doença"? "Os argumentos favoráveis à liminar do Ministro Marco Aurélio de Mello apóiam-se em supostos riscos físicos e psíquicos para a gestante. Pelo que pude apurar com médicos e especialistas da área, o argumento é falso. A gestação de um feto anencéfalo é absolutamente normal. Muito mais graves e reais são os riscos que envolvem a prática do aborto." Olhem que absurdo, olhem como se manipula com dados e números. Se continuar a gestação, nada de anormal ocorrerá. Nesse caso, há um testemunho publicado nessa coluna. E o risco de se fazer um aborto é infinitamente maior para a mãe. É interessante observarmos e até denunciarmos a manipulação que se faz. São os abortistas sofismando, porque querem chegar ao aborto.

"Além disso, embora remotas, há possibilidades de erros de diagnóstico." Ou seja, pode-se diagnosticar a anencefalia, e não se tratar disso. Existe o risco de se errar o diagnóstico, o que significa morte, pois uma vida morre, é ceifada. Diria, é assassinada.

Na sua brilhante exposição, continua: "Por isso a autorização prévia, genérica, seria, caro leitor, uma irresponsabilidade ética". Fala com autoridade de quem é professor de ética jornalística. No mínimo, trata-se de uma irresponsabilidade ética, sob o argumento mentiroso de que a mãe sofrerá. Isso é uma mentira, o que verificaremos no testemunho de uma mãe que vivenciou tal situação.

O risco de abortar é infinitamente maior para a mãe, e o pior é o erro de diagnóstico. Sabemos que há erros médicos em casos muito mais simples, porque são naturais dos seres humanos, ocorrendo a todo momento. Quantos são os diagnósticos equivocados, apesar de todos os exames serem feitos? No entanto, esse erro significa um assassinato a mais praticado covardemente contra um ser indefeso, protegido por cláusula pétreia da Constituição: o direito à vida.

"No tocante ao inegável sofrimento vivido pela gestante, reproduzo o depoimento de uma mãe que, não obstante a dor provocada pelo feto anencéfalo, justificou sua decisão de levar a gravidez até o fim. Sua carta, publicada no jornal 'O Globo', de 9 de julho, é um contundente recado aos Ministros do STF. Lamentável o comentário do Ministro Marco Aurélio, afirmando que a gestante convive com a triste realidade do feto dentro de si, que nunca poderá se tornar um ser vivo. Fui mãe de uma criança com anencefalia e posso afirmar que, durante nove meses de gestação, convivi com um ser vivo que se mexia, que reagia aos estímulos externos, como qualquer criança no útero. Afirmando também que não há dano à integridade moral e psicológica da mãe." Trata-se de uma mãe que teve uma criança anencéfala e afirmou que em nenhum momento sofreu nenhum constrangimento; ao contrário, sentia um ser vivo dentro de si. "O problema é que estamos vivendo em uma sociedade hedonista e queremos extirpar tudo que nos cause o mínimo incômodo." A sociedade absolutiza o prazer, e não se pode mais ter incômodo, sacrifício. O Papa chegou a dizer que perdemos a dimensão da cruz. "Pensemos, pois, na decisão tomada, porque, se estamos autorizando a morte dos que não conseguirão fazer história de vida, cedo ou tarde autorizaremos a antecipação do fim da vida, dos que não conseguem se lembrar da sua história, como os portadores do mal de Alzheimer, concluiu a leitora Ana Lúcia dos Santos Alonso Guimarães."

É como se uma sociedade absolutamente materialista valorizasse somente o que é belo, o que é bom, o que agrada; uma sociedade em que os idosos dão trabalho e as crianças não dão lucro. Que sociedade é esta, que valoriza o belo, os que dão retorno financeiro, o estético? Uma sociedade que mata um e daqui a pouco matará outro.

Essa mãe, que teve 16 filhos, do 12º em diante, perdeu todos, pois não conseguiu manter a gravidez. Quando os médicos não conseguiram salvar o 16º bebê, ela chorou desesperadamente. O médico perguntou-lhe se ela tinha filhos. Ela lhe respondeu que tinha 11, mas que aquele também era seu filho, pois não havia diferença entre os que estavam criados e o que estava em seu ventre. Essa senhora hoje está no céu.

"Trata-se de uma carta impressionante e premonitória. O aborto, estou certo, é o primeiro elo da imensa cadeia de violência e cultura da morte. Após a implantação do aborto descendente (eliminação do feto), virão inúmeras manifestações do aborto ascendente (supressão da vida do doente) - a eutanásia já está sendo incorporada ao sistema legal de países europeus -, do idoso e, quem sabe, de todos os que constituem as classes passivas e indesejadas da sociedade." Quem sabe aquele espírito demoníaco de Hitler, ou seja, o da sociedade ariana, não ressurgir para eliminar o feio, o deficiente, o dependente, o anormal! Vamos eliminá-los. Queremos uma sociedade que seja bela e dê dinheiro, lucro e prazer. Para que nos incomodar com problemas e doenças incuráveis? Vamos matar logo e aliviar o sofrimento do pobre coitado! Que sociedade é esta que estamos construindo?

Costumamos usar o chavão "é um mal necessário". O nazismo de Hitler foi um mal desnecessário, pois nunca ninguém tirou nada de bom dali. Foi um mal mau e ponto. Agora essa atitude resgata, reacende esse espírito hitlerista. Querem uma sociedade ariana, só com pessoas bonitas,

sadias, fortes e atléticas. Apenas uma mente doentia como a de Hitler e de seus seguidores pode concordar com isso.

Mencionam aqui o ácido fólico. Basta isso. Daqui a pouco descobrirão que o ácido fólico e mais alguma coisa eliminam 100%. Mas aí já estará autorizado matar. Salvar não. Custará dinheiro, dará trabalho. Matar é melhor.

"A eventual aprovação do aborto de fetos com anencefalia abre um perigoso precedente antidemocrático. Trata-se, na verdade, de um passo na estratégia dos que defendem o aborto amplo e irrestrito."

Aqui está a razão de tudo isso. Eles estão sofismando porque agora conseguem dizer que há um apelo - ressaltado que falso e mentiroso - emocional. Daqui a pouco, dirão que a mulher é dona de seu corpo e não quer aquele feto.

Recordo-me de certa vez em que fui chamado para atender a uma jovem que estava tentando praticar um aborto. Já tinha feito duas ou três tentativas, usando alternativas absurdas, típicas das pessoas mais humildes. Comecei a conversar com ela e constatei que realmente apresentava uma situação social difícil: tinha dois ou três filhos, era empregada doméstica e tinha sofrido abuso do dono da casa. Disse-me que, se chegasse em casa e dissesse ao pai que estava novamente grávida, ele iria mandá-la para fora de casa. Segundo ela, não havia alternativa. Pedi-lhe para esperar, pois conversaria com minha mulher, e, se ela não quisesse a criança, iríamos adotá-la. Conversamos com o pai dela e lhe dissemos que estava grávida por uma circunstância do destino. Dissemos-lhe que, se a criança nascesse e ela não a quisesse, iríamos criá-la, sem nenhum ônus para a família. O pai aceitou. Disse à moça também que, se quisesse ficar com a criança, ajudá-la-íamos a criá-la.

E a criança nasceu. Dissemos à mãe que poderia nos dar a criança, pois cuidaríamos com muito carinho, mas ela respondeu: "Não. Ela é minha filha. Não fico sem ela". Então, por uma circunstância socioeconômica, ela foi pressionada a abortar uma criança. Mas não o fez. A criança se chama Aldriane e está com 10 ou 12 anos.

Os abortistas de plantão dizem que quem não tem condições não pode ter filhos. Apenas ricos podem ter filhos, mas estes nem querem mais, porque estraga o corpo.

A eventual aprovação do aborto dos fetos com anencefalia abrirá um perigoso precedente antidemocrático. Na verdade, trata-se de um passo na estratégia dos que defendem o aborto amplo e irrestrito.

Há pouco tempo, os jornais e a televisão noticiaram que uma mulher, na Inglaterra, havia decidido abortar um dos filhos gêmeos, pois só teria condições de criar um. Escolheria um dos dois para matar, porque, circunstancialmente, a sua situação econômica não permitia que criasse dois. Como nesse país a lei autoriza o aborto, ela escolheu um dos dois para matar. Isso chocou o mundo. E é isso que desejam os abortistas de plantão.

As mulheres abortistas defendem o aborto dizendo que têm o direito sobre o seu corpo. Esse mesmo direito o feto tem sobre o seu. Ela pode ter o direito de não engravidar. Não havendo vida, poderia decidir sobre o seu corpo, mas, quando nasce um outro ser, teria de perguntar a ele se deseja viver. Se ela tem direito, o outro também tem. E a nossa Constituição garante esse direito desde a concepção.

Outros virão. Não duvidemos disso. A democracia é, sem dúvida, o regime que mais genuinamente respeita a dignidade da pessoa humana. Qualquer constituição democrática autêntica, e não, apenas de fachada reclama os alicerces dos valores éticos fundamentais. Por isso, não obstante a força do "marketing" emocional que apóia as campanhas abortistas, é preocupante o veneno antidemocrático contido no fundo dos "slogans" abortistas. Não se compreende de que modo obteremos uma sociedade mais justa e mais digna para os seres humanos adultos por meio da organização da morte de outros, que são as crianças não nascidas.

Há um elo indissolúvel entre a prática do aborto, o massacre do Carandiru, a chacina da Candelária e outras agressões à vida. O ser humano é encarado como objeto descartável.

No Carandiru, as pessoas presas sob a tutela do Estado, indefesas, foram metralhadas. Na Candelária, jovens e crianças, que não dispunham de um teto para dormir e se abrigaram na portaria dessa Igreja, foram covardemente assassinados enquanto dormiam.

O aborto é um pouco pior do que tudo isso. Aqueles presos poderiam de algum modo agredir as pessoas que atiravam, correr ou se esconder. Esses meninos assassinados poderiam ainda acordar devido a um barulho qualquer e sair correndo. Enfim, poderiam ter a sorte de salvarem-se. E o feto, para onde ele irá correr? Ele não tem defesa, não pode correr. Mas gritar, ele grita, porque já vi as reações de um feto a toques sensíveis. O feto reage, mas indefesamente.

Vamos escolher os métodos de aborto? Poderia ser por envenenamento, queimando e recompondo o feto para saber se não ficou nenhum resto lá dentro; por sucção ou, nos casos em que a gestação já estiver num estágio mais avançado, poderiam usar o método da asfixia, que consiste em deixar o feto morrer do lado de fora do útero. Qual desses métodos vamos utilizar para essa chacina?

Os abortistas falam apenas em tirar o feto, mas essa não é a palavra correta. O termo correto seria assassinar. Isso é pior que chegar em casa e escolher qual dos filhos matar. Matar um filho é menos grave que assassiná-lo no ventre.

No entanto, os abortistas de plantão não perdem tempo. Com apelos emocionais e sofismas, querem caminhar decisivamente para terem no Brasil a autorização para assassinar fetos, seres indefesos. Os argumentos esgrimidos em defesa dessas ações, alguns cruéis e outros, carregados de eufemismos emocionais, não conseguem ocultar o desrespeito ao primeiro direito humano fundamental, base da sociedade democrática, que é a vida.

Deixo esse registro do Dr. Carlos Alberto de Franco e parabeno-o, dizendo que estou 100% de acordo com o seu discurso. A sociedade brasileira precisa ser alertada para isso. Aqueles que acreditam na vida e desejam defendê-la devem se manifestar para que o STF se sensibilize, a fim de que não cometa, por meio de uma decisão equivocada, uma violência dessa natureza.

Vejam! Basta uma ação durante a gravidez para acabar com a vida. É lamentável. Não podemos falar em democracia. Uma sociedade que se emociona e às vezes chega às lágrimas quando um pingüim aparece na televisão coberto de óleo, em decorrência de um desastre ecológico, é a mesma que deseja matar esses fetos indefesos. São aqueles que querem defender o mico-leão, dizendo que ele não pode morrer. Também achamos que deve ser preservado. Mas será, Deputado André Quintão, que o mico-leão vale mais do que a vida de um ser humano? O mico-leão não pode ser tocado, mas o ser humano, sim! O ser humano é defeituoso, não é? Para que a sociedade quer um ser com uma certa deficiência?!

Termino, citando a frase dele, publicada no jornal: "A democracia é, sem dúvida, o regime que mais genuinamente respeita a dignidade da pessoa humana".

Será que somos verdadeiramente democratas? Será que somos democráticos? Será que queremos verdadeiramente uma sociedade sadia ou fazemos um discurso e temos uma outra prática? Muito obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 5/8/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Alberto Bejani

exonerando Shirley Cruz Gomes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Aline Salvate da Silveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

#### Gabinete da Deputada Vanessa Lucas

exonerando, a partir de 6/8/2004, Júlio César Olímpio Bravo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 1º/8/2004, Edson Pereira de Almeida do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial;

nomeando Maria das Graças Diório Mayrink para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clínica Odontológica Medeiros Veiga S/C Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 15/7/2004 a 15/2/2005. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Núcleo Especializado em Radiologia e Diagnóstico Bucal Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 15/7/2004 a 15/2/2005. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.